



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namin Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

REQUERIMENTO N° 3083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das Proposições n°s 028/93 e 033/93 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 3059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, do Projeto de Lei n° 111/93, de minha autoria, que institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 273/92, de autoria do Deputado João Iensen, da Ordem do Dia de hoje para que, o mesmo seja enviado à Comissão de Educação desta Casa para que sejam tomadas as providências necessárias.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(aa) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 3089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 02 sessões do Projeto de Lei n° 398/92 da Ordem do Dia da presente.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, terça, em 24.08.93

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 sessões do Projeto de Lei n° 294/92 da Ordem do Dia da presente.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, do Projeto de Lei n° 127/92, de minha autoria que altera a redação da Lei Complementar n° 59/91, de 01 de outubro de 1991 - Conservação Ambiental.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se confeccione índice alfabético e remissivo completo da Constituição Estadual, bem como Ementário (com todas as modificações da Constituição Estadual) e textos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e suspensos pelo Senado Federal.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a revisão constitucional, tanto no âmbito federal como estadual, e, com o objetivo de uma racionalização maior na consulta imediata do texto do nosso Diploma Máximo, e atendendo que o presente requerimento responde aos altos interesses desta Casa de Leis, contamos com a aprovação de todos os nossos pares.

REQUERIMENTO N° 3060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Lúcia Thomazi Buso, ocorrido em data de 23 de agosto próximo passado, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Dr. Jorge Celestino Buso, residente à Rua João Antônio Xavier n° 800 - Bairro Água Verde - CEP 80620 - 360, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Lúcia Thomazi Buso, membro de tradicional família, deixa viúvo Senhor Fran-

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 79.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, Secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Eurides Moura e José Arthur Ritti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte:

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n.^o 350/93, do Senhor Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio, que pede esclarecimentos ao Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, sobre "Empréstimo efetuado pela Agência do referido Banco em Novo Hamburgo (RS) à Empresa

Duntix Importação e Exportação". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.^o ATCC 4491/93, do Senhor Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Hermas Brandão, que pede esclarecimentos ao Secretário de Estado da Fazenda sobre "A situação salarial dos 100 (cem) maiores salários pagos aos funcionários do BANESTADO". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.^o ATCC 4489/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Paulo Maia, que pede esclarecimentos ao Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre "A construção da sede do 4.^o Distrito Policial da Capital". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.^o 001/93, do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, comunicando a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para averiguar possíveis violações de direitos de menores bóias-frias no Estado do Paraná. Outrossim, informa que a referida Comissão ficou assim constituída: Presidente - Deputado Luiz Henrique Bona Turra; Vice-Presidente - Deputado Edson Silva Lino e Relatora - Deputada Emilia Belinati. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.^o ATCC 4459/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra à Casa Civil, que pede esclarecimentos sobre "Ações da SANEPAR". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 3070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.^o 295/93, que corrige a redação do art. 1.^o da Lei n.^o 10.332, de 09 de julho de 1993.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO N.^o 3093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.^o 430/93.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NEIVO BERARDIN

cisco Buso e dois filhos. Seu falecimento deixa, entre seus amigos e no seio de sua família, um vazio que jamais será preenchido.

REQUERIMENTO N° 3072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Krueguer, ocorrido dia 16 de agosto, na cidade de Ponta Grossa.

A Sra. Ana era viúva do Senhor Paulo Krueguer, e deixa seus filhos Alberto, Augusto, Paulo e Tereza; deixa ainda 19 netos e 11 bisnetos.

Pessoa de grande estima pelos pontagrossenses, que com certeza deixará saudades, não somente na família, mas também na sociedade de Ponta Grossa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Espírito Santo - 1305, Bairro São José, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de Congratulações, ao Jornal Informatur, dirigido pelo jornalista Senival Silva.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à Direção daquele jornal, na pessoa de seu Diretor.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal INFORMATUR foi fundado há oito anos em Curitiba, com o objetivo principal de divulgar os roteiros alternativos do turismo brasileiro. Sua tiragem atual é de cinco mil exemplares, distribuídos entre agentes de viagens, operadores, companhias aéreas, hotéis, entidades oficiais de turismo e a todas as embaixadas brasileiras no exterior por intermédio do Itamaraty.

O Jornal INFORMATUR é um veículo que circula entre a grande maioria dos agentes de viagens do país, levando mensalmente a esse profissional de turismo, informações e mensagens de suma importância para o desempenho de suas funções, além de contribuir para a valorização do turismo nacional, indicando novos roteiros, além dos tradicionais e já conhecidos.

REQUERIMENTO N° 3062

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 24.08.93

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de votos de congratulações, pelo transcurso do Aniversário de Emancipação Política do Município de CRUZEIRO DO OESTE, que se dará em 26 de agosto do corrente ano.

REQUER, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 3065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES aos Senhores Dr. DARCY NASSER DE MELO e Dr. ALTAIR FERDINANDO PATITUCCI pela posse no honroso cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pelo fato de ser de inteira justiça que o Poder Legislativo do Estado do Paraná preste, a esses ilustres membros da magistratura paranaense, mais essa homenagem, como reconhecimento pelo significativo trabalho prestado a uma sociedade cada dia mais exigente.

REQUERIMENTO N° 3066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um Voto de Congratulações aos Srs. Dr. Francisco de Paula Xavier Netto e Dr. Luiz Viel pela posse no honroso cargo de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Ao prestarmos essa justa e sincera homenagem ao Julgador, esperamos estar expressando todo o nosso reconhecimento pelo sério e abnegado trabalho desenvolvido pelos Magistrados homenageados.

REQUERIMENTO N° 3069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

Requer, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações à Rádio Guaraniçu, do Município de Guaraniçu, na pessoa do Dr. Caetano Bernardo Filho, pelo seu 13º aniversário.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NEREU ALVES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Emissora que conquistou a liderança radiofônica na região oeste, por desenvolver um trabalho sério, levando aos seus fiéis ouvintes informação precisa, imparcial, sem meias verdades, atingindo todas as classes sociais, sem distinção, com programação atual e diversificada e que agrada a todos que a sintonizam.

Esse resultado foi alcançado através do esforço, dedicação e competência do seu Diretor, Dr. Caetano Bernardo Filho, que no comando da Empresa, com o fundamental apoio da sua equipe de funcionários, formada por profissionais do mais alto nível, tornam a Rádio Guaraniçu um dos mais importantes e conceituados veículos de comunicação do Estado.

REQUERIMENTO N° 3073

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao Sr. Acir Claro dos Santos, chefe da Delegacia 7/3 da DPRF, pela Campanha Educativa na BR-373.

As equipes ficarão postas no Km 5 da BR, local onde é verificado o maior número de acidentes. Juntamente com os patrulheiros estarão psicólogos e médicos, que irão conversar e verificar a saúde dos motoristas respectivamente.

A meta é reduzir em até 20% as ocorrências de trânsito e para tanto serão realizadas blitz preventivas nos pontos de maior fluxo de veículos.

Denominadas de Comando Educativo, essas operações acontecerão duas vezes por mês.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome do Sr. Acir Claro dos Santos, chefe da Delegacia 7/3 do DPRF,

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3084

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Ilustríssimo Sr. jornalista Dino Almeida, pelo lançamento do livro "Sociedade Paranaense".

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Jornalista experiente e dedicado, com 38 anos de atuação na crônica social, Dino Almeida conhece como ninguém a sociedade paranaense.

Ao longo desses 38 anos de exercício profissional Dino Almeida notabilizou-se pelo seu estilo ímpar de trabalho, fundamentado na maturidade que, como o próprio jornalista diz "preocupa-se em dar a informação positiva, com bom astral, saudável e alegre".

Entretanto, o trabalho diário de Dino Almeida não se resume à crônica social. Costumeiramente faz da sua coluna uma tribuna para cobrar melhoramentos para a cidade de Curitiba ou para o bom andamento de nossas instituições. Porém, jamais deu espaço para a notícia agressiva, destrutiva ou negativa.

"Uma janela de céu azul dentro do jornal, que muitas vezes apresenta uma visão sombria de nossa realidade cotidiana, cumprindo também sua missão de informar corretamente". Assim é que o próprio Dino descreve seu ofício. Ofício que sabe tão bem exercer, como uma arte, como um sacerdócio.

Do seu trabalho e do seu conhecimento da vida paranaense, Dino Almeida retirou os nomes que integram o livro "Sociedade Paranaense", agora apresentando a todos nós. São pessoas da sociedade, da política e do empresariado que estão diretamente ligados à história de Curitiba e do Paraná e aos quais Dino dedica sua obra: "constituem um sucesso que exaltamos no sentido de dar às gerações futuras um valioso exemplo de trabalho e perseverança".

Por isto queremos nos congratular com Dino Almeida. Esta justificativa é carregada da sinceridade de um parlamentar que aprendeu a admirar a capacidade e o dinamismo do homenageado, não raramente dele retirando grandes exemplos para melhor viver, servir ao próximo e servir à coletividade.

REQUERIMENTO N° 3120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em ata de voto de congratulações dirigidos ao Senhor Nilton Thadeu Novello e demais integrantes da diretoria do Rotary Clube de Campo Mourão, recentemente empossados.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3121

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos votos de congratulações aos formandos dos cursos de Administração de Empresas e de Comércio Exterior das Faculdades Positivo.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados e à direção das Faculdades Positivo.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em emocionante solenidade realizada no dia 14 de agosto próximo passado, no Teatro Ópera de Arame, nesta Capital, inúmeros jovens colaram grau nos cursos superiores de Administração de Empresas e de Comércio Exterior das Faculdades Positivo.

A solenidade marcou o momento culminante de uma grande luta travada por aqueles jovens desde o ingresso nos bancos escolares até a conquista de um diploma de curso superior.

São os novos profissionais: Claiton Todeschini, Marcelo Valente Vieira, Fábio Requião Portugal, Wallace Harold Goldbach, Alexandra Pedreira Arantes, Glem Raduy Guimarães, Adriana Ogliari Duarte, Daniélle Luiza Nascimento da Rocha, Rosnei Luis da Luz, Luciana Gonçalves Paiva, Beatriz Barreto de M. Brito, Higino T. de Almeida Leite, Marília Dilamar Santos, Adriana Splenger Vianna, Carlos Cesar Koch, Marisley Mota, Silvia Aparecida de Mattos, Cláudio Bezerra, Ana Cláudia Glaser Pegoraro, Giuliano Folador Mattioli, Marcos Antonio Baja, José Ranulfo Sotomaior Junior, Ana Marta Garcia de Faria, Nelson Thomazinho Junior, Viviana Elizabeth Rossi, Edna Aparecida de Oliveira, Evandro Purpur, Lisbete Karla Pinto, Sérgio Ricardo Rossetti, João Paulo Bruce Junior, Marcelo Sabbag, Sérgio Luiz Naumowicz, Fábio Rogério de Almeida, Ana Paula Gevaerd, Alexandre Fayzano, César Augusto Kluge, Pedro Drabik Neto, Vicente Batista de Lima, Andréa Menezes Vianna, Euvaldo Cordeiro Correia Junior, Patrícia Cristina Dallocani, Samir El Laden, Meire Sayuri Miamoto, Márcia Regina Araujo Correa, Raquel Manfredini, Ivani Izabel Bork Elias, Alba de Araújo, Carlos Alberto de Moraes Spinoza, Márcia Elis de Sá, Pierre Vaz Neto, Airton Said Simões Júnior, Giovana Pascotto Amaral, Carlos Laertes da Silva, Vera Lúcia Lopes, Gilberto Sérgio Meldola, Humberto Albini Silva, Deise de Fátima Perry Diz, Irai Antonio Lopes da Silva, Luiz Henrique Gandara, Antonio Ricardo Woislav, Fábio Michelotto, Carlos Eduardo Mendes, Antonio Dionísio Baglioli, Márcia Maria da Silveira, Fabiana Folador, Ilma Mazardo, Luis Fernando Olivete, Antonio Pedro dos Santos, Marlus Vieira, Ivo Iran Pschera,

Eliene Masra Cattani, Rudivânia Juvilde Fedrigo, Salim do Carmo Filho, Raimundo Barros da Silva, Jucélia Aparecida da Rocha, Maurício José Ramos Maia, Hamilton Pereira Alves, Ionice Batista Leite, Rosária Gomes, Ivete Eiko Omori e Simone de Christan.

Ao enviarmos o presente voto de congratulações aos novos administradores de empresas e bacharéis em comércio exterior pelas faculdades Positivo, queremos manifestar nossos melhores cumprimentos pela merecida conquista e votos de uma carreira profissional brilhante, coroada de êxito e realizações.

REQUERIMENTO N° 3079

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão Plenária, Voto de aplausos ao Exmo. Sr. Dr. Saulo Pinto Moreira, pela sua ascensão ao Cargo de Ministro da Saúde do Governo Itamar Franco.

Dar ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Dr. Saulo, ao assumir o Ministério da Saúde, fez com que o Paraná e a Sociedade Procopense sintam orgulho de seu honrado nome estar servindo o Brasil com trabalho e competência.

Sua figura humana está ligada ao Paraná com profundas raízes em Cornélio Procopio, onde exerceu com dignidade, a Medicina, mandato eletivo de Vereador por mais de 10 anos e postulou em nosso favor à derrubada do Projeto Separatista, na Câmara dos Deputados.

Em Juiz de Fora, MG, continuou exercendo sua nobre profissão de Médico e Político, vindo a se eleger Vice-Prefeito na dobradinha - Itamar e Saulo.

Com a eleição do atual Presidente da República ao Senado, naquela época, Dr. Saulo assumiu a Prefeitura, concluindo seu mandato com austeridade, competência, transparência e democracia.

Devido a ascensão do vice-Presidente, Itamar Franco, à Presidência da República, Dr. Saulo foi convidado a assumir a Assessoria Especial do Gabinete da Presidência da República, onde está exercendo esse cargo de estrita confiança.

Dr. Saulo, bom mineiro e paranista de coração.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 3064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o douto Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente substanciado em apelo ao presidente do Banco do Brasil, no sentido de que sejam adotadas medidas que viabilizem o aproveitamento dos aprovados no Concurso Público n° 34, realizado em fevereiro de 1992.

O presente apelo está calcado nas constantes solicitações daqueles concursados, os quais, imbuídos do melhor propósito afirmam que, "tantos os interesses da comunidade como os da Administração Pública, não podem ficar no aguardo de uma solução tão demorada, para um serviço público do mais alto interesse da população".

Assim, somando esforços àquela justa reivindicação, vem este Parlamentar encarecer providências que venham, efetivamente, solucionar a questão enfocada.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 3092

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado para que instrua a Diretoria do BANESTADO S/A, com base em pronunciamento que fiz hoje na Tribuna da Casa, atenda ao seguinte Pedido de Informações:

1) Esclarecimentos detalhados sobre a inclusão de 359 bilhões de cruzeiros na época, de exercícios anteriores e que mereceu ressalva, de n° 6, dos Auditores no Balanço de 31.12.1992.

2) Qual o critério empregado pelo BANESTADO quanto a cobrança de atrasados? A partir de quanto tempo é considerado crédito vencido e abatido do lucro?

Por que não houve provisão em balanço para os créditos vencidos há mais de 60 dias em 31.12.1992? Em 31.12.92, daquele valor ali registrado como débitos em atraso, qual a percentagem paga até a data atual?

3) Por que o BANESTADO, em seu balanço de 31.12.92, registrou como lucro o crédito tributário do prejuízo fiscal atualizado monetariamente? Houve algum parecer técnico sustentando tal decisão? Foi consultada a Comissão de Valores Mobiliários-CVM a respeito?

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3071

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o órgão competente, no sentido de dar mais segu-

rança aos moradores da Rua Maria Noêmia dos Santos, proximidades do Pronto Socorro, localizado no bairro de Santa Cândida.

Afirmam os moradores daquele bairro, que a construção do referido Pronto Socorro foi iniciada há quatro anos atrás e que até agora não foi concluída, vêm causando muito medo e apreensão a todos que lá vivem, pois se tornou um local muito perigoso pelo fato de até ser ocupado por bandidos e desocupados. Pedem que pelo menos seja colocado um policial ou vigia, com a finalidade de evitar algum acontecimento mais grave.

A construção do Pronto Socorro localiza-se à Rua João Passos. Solicitam urgência no atendimento do presente pedido, uma vez que toda a população está correndo perigo.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao ilustríssimo Senhor Jaime Ricardo Paciornik, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, solicitando sejam adotadas providências urgentes que garantam a melhoria no atendimento dispensado, por aquele órgão, aos seus segurados, tendo em vista as constantes denúncias de que seus serviços não estão sendo executados a contento, nos municípios do interior do Estado.

Requer ainda, seja fornecido pelo IPE a relação de serviços garantidos aos segurados e pensionistas em todo o Estado, sem a cobrança de outras taxas que não a contribuição mensal, obrigatória, descontada em folha, bem como demonstrativos das aplicações dos recursos oriundos das arrecadações do órgão, seja em prestações de serviços, pensões, aposentadorias e outras formas.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

São muitas as denúncias que nos chegam de servidores do Estado, civis e militares, colocando em dúvida a qualidade dos serviços que, obrigatoriamente, o IPE deveria garantir aos seus servidores e pensionistas, no Interior do Estado.

Segundo as denúncias, o IPE somente garante atendimento na Capital, ficando os servidores públicos estaduais, que moram no interior, sem recebê-lo condizentemente, de modo que hoje estão a comparar o IPE ao INAMPS, numa situação que merece análise do Governo do Estado.

Por outro lado, os contribuintes do

IPE sequer conhecem uma relação de serviços a serem prestados pelo órgão, necessitando-se também, ali a elaboração de um manual de utilização destas prestações de serviços, que seriam enviados a todos os segurados.

Melhorar a qualidade do atendimento do IPE dispensado a seus contribuintes é fator de fundamental importância para se recuperar a imagem do órgão.

REQUERIMENTO N° 3077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que para a Programação Orçamentária de 1994, seja colocado a Ampliação e Reconstrução do Fórum da Comarca de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paranaguá, nesses últimos 10 anos, aumentou consideravelmente sua população, com isso no âmbito do Poder Judiciário aumentaram também as atividades forenses, criando-se novas atividades.

O Fórum de Paranaguá, situado na Avenida Gabriel de Lara, construído há mais de 10 anos, está pequeno para atendimento às múltiplas repartições ali existentes, e hoje funciona graças a abnegação e compreensão dos Juizes, Promotores de Justiça, Cartorários, e de funcionários, cuja atuação em relação ao público tem sido das melhores, porém o espaço físico faltante, impede de um ação mais destacada em favor da própria Justiça.

No terreno, onde está situado o Fórum existem espaços disponíveis, tanto na parte de fundos, como na frente, para uma ampliação e reconstrução.

Nesse sentido solicitamos que seja enviado um expediente ao Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a inclusão no Orçamento de 1994, de Recursos Financeiros para Ampliação e Reconstrução do Fórum de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 3078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando a Doação de Materiais para Assistência Social, ou Liberação de

Recursos à Prefeitura Municipal de Paranaguá, para a aquisição dos mesmos.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em função da situação econômica, existente no Município de Paranaguá, onde aumentam as necessidades das famílias carentes, e consecutivamente se avolumam na área de assistência social, os constantes pedidos, a Prefeitura Municipal de Paranaguá, que trabalha integrada com a PROVOPAR não tem Recursos Financeiros disponíveis para a compra de: Cadeira de Rodas, Aparelhos Auditivos, Óculos, Lentes, Aparelhos Ortopédicos, e outros materiais que fazem parte dos atendimentos assistenciais.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Deputado José Duval M. do Amaral, Digníssimo Secretário de Trabalho e Ação Social, no sentido que verifique as possibilidades da Doação de Materiais, ou então a Liberação de Recursos Financeiros à Prefeitura Municipal de Paranaguá para a compra dos mesmos, com o objetivo de atender as famílias carentes daquele município.

REQUERIMENTO N° 3097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o setor de saúde pública do município de Mamborê.

01. Aquisição de aparelho de Raio-X para o Hospital Municipal.

02. Destinação de cota de medicamentos da CEME.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O alto custo dos serviços médico-hospitalares e, a baixa capacidade salarial da maioria dos brasileiros dia a dia agravam o quadro da saúde pública em nosso país.

O Paraná, Estado onde o Brasil deu certo, não pode sob pena de responsabilização de seus mandatários, permanecer indiferente a esta cruel realidade.

Por esta razão a comunidade de Mamborê, espera o imediato atendimento das presentes solicitações.

REQUERIMENTO N° 3098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Deputado José Afonso Júnior,

Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas, dentro de sua área de atuação para o município de Moreira Salles.

01 - Reforma da quadra e demais instalações do ginásio de esportes do município;

02 - Construção de quadra poliesportiva na sede do distrito de Paraná d'Oeste.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Moreira Salles espera o atendimento das presentes solicitações. Pois, cabe ao Poder Público através de seus órgãos administrativos viabilizar e procurar atender as justas pretensões de seus cidadãos.

REQUERIMENTO N° 3099

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o setor de ensino público do município de Mamborê.

01 - Destinação de acervo bibliográfico para as escolas públicas do município;

02 - Melhorias da qualidade e distribuição da merenda escolar.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O ensino público no Estado do Paraná, sempre mereceu o carinho dos seus dirigentes.

Contudo, felizmente para nós paranaenses, no atual governo a atenção alia-se à capacitação indiscutível do ilustre secretário, que através de medidas objetivas tem administrado o ensino público com a atenção que se torna indispensável. Por esta razão a comunidade estudantil de Mamborê, espera ver suas justas e necessárias reivindicações devidamente atendidas.

REQUERIMENTO N° 3100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Delegado José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a tomada de providências adiante especificadas para o setor de segurança pública do Município de Farol.

01 - Construção de prédio para instalação da delegacia de polícia;

02 - Uma viatura policial;

03 - Efetivo policial, agentes de polícia e praças da Polícia Militar;

04 - Construção de um módulo policial na Avenida Paraná;

05 - Construção de delegacia de polícia na sede do distrito de Martinópolis.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Farol, um dos mais recentes e novos municípios criados no Estado, prescinde ainda, de inúmeras medidas que viabilizem sua independência e seu desenvolvimento.

O setor de segurança pública daquele município é o mesmo do tempo em que era distrito de Campo Mourão.

Em face das considerações acima expostas, a comunidade de Farol, espera que o Senhor Secretário de Segurança Pública atenda suas justas reivindicações, dotando aquele município das condições indispensáveis à segurança e tranquilidade de sua gente.

REQUERIMENTO N° 3101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando o envio de cota e medicamentos para os postos e centros de saúde do município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os postos e centros de saúde pública do município de Engenheiro Beltrão, encontram-se totalmente sem remédios para cumprirem sua real finalidade no atendimento às populações carentes que para lá acorrem.

Isto posto, esperam providências da Secretaria de Estado da Saúde, uma vez que, de nada adianta haver postos de saúde, médicos para atendimento e consultas e, não existirem remédios para a cura dos males identificados.

REQUERIMENTO N° 3102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o setor de saúde pública do Município de Farol.

01 - Ambulância para o posto de saúde do distrito de Martinópolis;

02 - Recursos orçamentários para construção do Hospital Municipal de Farol;

03 - Equipamentos para instalação de Laboratório de Análises Clínicas.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Farol, criado a partir de sua emancipação de Campo Mourão, na busca do seu desenvolvimento necessita da participação do Poder Executivo do Estado.

Razão pela qual, espera que a Secretaria de Estado da Saúde, possa viabilizar as presentes solicitações, através das quais dará impulso desenvolvimentista ao município, além de contribuir para a segurança e a saúde de sua comunidade.

REQUERIMENTO N° 3103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido a Exma. Sra. Gilda Poli Secretária de Estado da Cultura, solicitando estudos e providências que viabilizem a construção de uma Casa da Cultura, na sede do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento e o crescimento de qualquer comunidade passa necessariamente pelas diversas formas de expressão cultural.

Engenheiro Beltrão, tradicional município do nosso Estado, não dispõe ainda, de local apropriado para o desenvolvimento artístico-cultural de sua gente, por esta razão, pretende que o Poder Executivo do Estado através da Secretaria da Cultura viabilize esta pretensão.

REQUERIMENTO N° 3104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando seja viabilizada a construção e instalação de matadouro municipal na sede do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A preocupação com a saúde da população faz com que a comunidade de Mamborê, encaminhe a presente solicitação ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Somente através da construção e instalação de matadouro, com controle dos órgãos do Estado, poder-se-á propiciar à população, para consumo humano, produtos derivados da carne de ótima qualidade.

REQUERIMENTO N° 3105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas na área de sua Pasta para o Município de Farol.

01. Obras de recuperação do estádio municipal;

02. Sistema de iluminação para o estádio municipal;

03. Construção de quadra poliesportiva na área disponível do estádio municipal.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Farol, município recém-emancipado de Campo Mourão, necessita de apoio dos órgãos integrantes do Governo do Estado, na sua marcha de independência e desenvolvimento.

Dotado de infra-estrutura precária para a prática do desporto, mas, reconhecendo o papel importante que a prática desportiva desempenha na vida comunitária e, em especial, na vida da juventude, encaminha o presente elenco de reivindicações ao Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, e aguarda com justa expectativa o deferimento das mesmas.

REQUERIMENTO N° 3106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Delegado José Moacir Favetti, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o setor de segurança pública do Município de Engenheiro Beltrão.

01. Reforma do prédio e instalações da cadeia pública;

02. Construção de cadeia pública no distrito de Ivaíândia;

03. Duas viaturas para a Polícia Militar;

04. Uma viatura para a Polícia Civil;

05. Designação de dois agentes da Polícia Civil;

06. Aquisição de um equipamento de rádio amador.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica vivenciada pela Nação, estende e gera conseqüências nos demais ramos da vida comunitária. Engenheiro Beltrão, preocupada com o aumento indiscriminado da violência urbana manifestado

por inúmeras e diversificadas formas, necessita urgentemente das medidas aqui referenciadas, para que possa propiciar à sua comunidade a tranquilidade para o seu contínuo desenvolvimento.

REQUERIMENTO N° 3107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli, solicitando estudos que viabilizem a construção de uma Casa da Cultura, na sede do Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Janiópolis de há muito anseia por um espaço próprio onde possa usufruir dos benefícios provenientes das inúmeras formas de manifestação artístico-culturais.

Assim sendo encaminha a presente solicitação à apreciação do órgão competente do Poder Executivo e, espera ver atendida esta justa solicitação, transformando em realidade antiga pretensão daquela comuna.

REQUERIMENTO N° 3108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado Durval Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o Município de Janiópolis.

01. Obras de ampliação da creche Menino Jesus;

02. Construção e instalações para a creche Reino Encantado-Arapuan (em substituição a atual, construída em madeira e em estado precário);

03. Instalação de uma Escola do Trabalho;

04. Construção de um Centro de Convivência do Idoso.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O setor assistencial de Janiópolis apresenta considerável clientela. As creches tornam-se indispensáveis, para que os trabalhadores daquele município tenham onde deixar seus filhos menores e, possam se dirigir ao trabalho com a tranquilidade indispensável para que se tornem produtivos.

Se nos grandes centros os problemas sociais são de relativa monta, no interior as circunstâncias são idênticas, cabendo ao Estado a adoção de medidas que venham minimizá-los, razão pela qual, a comuna-

de de Janiópolis espera o atendimento das presentes reivindicações.

REQUERIMENTO N° 3109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o setor educacional público do Município de Luiziana.

01. Carteiras escolares;

02. Acervo bibliográfico;

03. Equipamentos de laboratório;

04. Aquisição e instalação de uma linha telefônica.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA.

As solicitações que motivam o presente requerimento, constituem o mínimo que a Secretaria de Estado da Educação, deva proporcionar à comunidade estudantil de Luiziana, município jovem, recém-desmembrado de Campo Mourão.

Conhecendo o trabalho meritório, capacitado que é desenvolvido pelo titular da Pasta, temos a absoluta certeza de que os mesmos, após analisados deverão ser atendidos e viabilizados pelo senhor professor Elias Abrahão.

REQUERIMENTO N° 3110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas na área do desporto amador para o Município de Luiziana.

01. Construção de praça de esportes para prática das modalidades do atletismo;

02. Construção de ginásio com quadra poliesportiva na sede do município;

03. Construção de quadra de esportes na localidade de São Domingos.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Município recém-emancipado, Luiziana prescinde de inúmeras obras e benfeitorias que proporcionem melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, em especial à sua juventude.

Os recursos municipais ainda precários, são direcionados para setores prioritários tais como, saúde, educação, saneamento, ruas, etc., por esta razão a ju-

ventude de Luiziana apresenta as reivindicações que este integram e, esperam sua viabilização através do setor competente do Governo do Estado.

REQUERIMENTO N° 3111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o setor educacional público do município de Nova Cantu.

1 - Recursos financeiros para o programa de merenda escolar;

2 - Ampliação física do Colégio Estadual do distrito de Jeremias Lunardelli, através da edificação de salas para a diretoria, professores e cantina.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O conteúdo das presentes reivindicações constituem providências que devem ser atendidas com urgência pela Secretaria da Educação, pois, tratam-se de necessidades indispensáveis, razão pela qual aguarda-se seu pronto atendimento.

REQUERIMENTO N° 3112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando estudos e projeto para criação e implantação de Parque Estadual de reserva biológica de Araucária Angustifolia, nos Municípios de Roncador e Mamborê.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As matas originais de Araucária Angustifolia que estendiam-se por todo o Estado do Paraná não existem mais.

Destruídas pela cobiça e ação do homem, hoje as que sobrevivem, são as derivadas daquelas observadas pelo estudioso K.Huek, que mapeou o pinheiro brasileiro, no ano de 1953.

O ritmo de destruição da floresta original de Araucária no Estado é assustador. Em 1890, pouco mais de cem anos, havia 7 (sete) milhões, 378 (trezentos e setenta e oito) mil hectares de mata, representando 37% da área territorial do Estado.

Em 1988, este número caiu para 151.620 hectares, ou o correspondente a apenas 0,75% da área do Estado.

Curitiba, terça, em 24.08.93

A estimativa é de que são cortados cerca de 16.500 hectares por ano. Se essa tendência for considerada, chega-se à conclusão de que em 1993, 14 anos depois do último inventário, restam apenas 85.620 hectares de florestas de Araucária remanescentes, ou apenas 1,16% da floresta original nativa, ou ainda, 0,42% do Estado.

Atualmente, só restam alguns remanescentes primários nos Municípios de Mamborê e Roncador, constituindo-se de suma importância para o Estado, sua gente e sua cultura, a implantação através do Estado, de um Parque Estadual de Reserva do Pinheiro do Paraná, na área aqui sugerida.

REQUERIMENTO N° 3113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas na área de sua Pasta, para o Município de Nova Cantu.

1 - Inclusão no programa Panela Cheia de financiamentos para produção avícola e de suínos;

2 - Instalação de Centro de Produção Animal;

3 - Apoio e projeto de incentivo à piscicultura.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nova Cantu, município integrante da COMCAM, município cuja principal atividade é a produção agrícola, baseada no cultivo do algodão, da soja e do trigo.

Os elevados custos dos insumos, sementes e financiamentos, tem inviabilizado e frustrado em parte as expectativas dos pequenos produtores daquele município.

Reconhecimento como celeiro da nação, precisa o Paraná diversificar e incentivar novas fontes de produção, razão pela qual através do presente a comunidade produtora de Nova Cantu, encaminha ao Senhor Secretário de Estado o rol de pedidos que este integram, na expectativa de seu atendimento.

REQUERIMENTO N° 3114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a efetivação de medidas adiante especificadas para o Município de Nova Cantu.

- 1 - Um aparelho de Raio-X;
- 2 - Equipamentos para exames clínicos;
- 3 - Equipamentos para laboratório de análises clínicas;
- 4 - Um veículo ambulância;
- 5 - Aumento da cota de consultas;
- 6 - Instalação de Gabinete Odontológico no distrito de Jeremias Lunardelli.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Pela gama e quantidade de pedidos que embasam o presente requerimento, poder-se-á depreender o estado precário da área de atendimento à saúde no Município de Nova Cantu.

Município em processo de desenvolvimento, de baixa densidade econômica, mas integrante do Estado onde o Brasil deu certo, seus cidadãos esperam providências e determinações da área de saúde do Executivo Estadual, objetivando o atendimento de suas justas e imprescindíveis reivindicações.

REQUERIMENTO N° 3115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando medidas adiante especificadas na área do desporto, para município de Altamira do Paraná.

- 1 - Construção de Pista de Atletismo, vestiários e instalação de alambrados no estádio municipal de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A falta de perspectivas decorrente dos inúmeros problemas que afligem a juventude do País e do Estado, muito contribuem para a insegurança e o aumento dos índices de marginalização social.

O ócio, a falta de experiência, conduzem os jovens a caminhos inimagináveis. A prática de esportes constitui uma alternativa salutar para a juventude paranaense.

Altamira do Paraná, como a grande maioria dos municípios do Estado de pequeno e médio porte, não dispõe de recursos orçamentários para aplicação e investimentos nos projetos aqui solicitados.

A disciplina, o companheirismo, o espírito de solidariedade, aliados à prática desportiva oferecerão sem dúvida melhores alternativas e oportunidades à formação de juventude sadia naquele município, razão pela qual, esperam o atendimento das presentes reivindicações por parte daquela Secretaria de Estado.

REQUERIMENTO N° 3116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. delegado Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura para a delegacia de polícia de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Altamira do Paraná, inclui-se dentre os municípios do Estado que não dispõe da infra-estrutura mínima de segurança pública.

Pois, uma viatura policial é indispensável para que o setor de segurança pública, tenha condições de oferecer o mínimo dentro de sua área de atuação.

Razão pela qual os integrantes daquela comunidade, esperam urgentes providências por parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

REQUERIMENTO N° 3117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando providências adiante especificadas na área educacional, para o Município de Altamira do Paraná.

1. Inclusão das Escolas do Município no programa de descentralização da merenda escolar;

2. Reformas gerais nos prédios que sediam as escolas públicas da sede do município e da zona rural.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Altamira do Paraná está com as escolas públicas bastante danificadas, com problemas sérios de sua estrutura, das instalações hidráulicas e elétricas, necessitando portanto, de amplas reformas.

Sua comunidade escolar confia no Secretário da Educação, pois, conhece sua capacidade administrativa, além do seu interesse às causas do ensino público em nosso Estado.

Ao apresentar as presentes reivindicações, espera vê-las atendidas no menor espaço de tempo.

REQUERIMENTO N° 3118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a tomada de medidas adiante especificadas para o Município de Altamira do Paraná.

1. Um trator de esteira para curva de nível.

2. Construção de farinheira de milho

3. Programas de incentivo à lavoura.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é reconhecidamente um dos Estados que mais investe na Agricultura, fazendo dela a base de sua economia.

Altamira do Paraná integra este contexto e, tem na produção agrícola a sua base de sustentação e desenvolvimento econômico.

Assim sendo, espera o atendimento das presentes reivindicações, para que possa proporcionar aos seus habitantes e cidadãos, melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 3119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Delegado José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o setor de Segurança Pública do Município de Nova Cantu.

1. Destinação de viatura policial;

2. Liberação de cota de combustível;

3. Designação de dois policiais para os distritos de Santo Reis e Cantuzinho;

4. Recursos financeiros para a alimentação dos presos na Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

É lamentável o estado em que se encontra o sistema de segurança pública do município de Nova Cantu.

O Paraná como reflexo do Brasil que está dando certo, não pode permitir que tal situação se verifique em setor de fundamental importância como o da segurança pública.

Na atualidade aquele município não dispõe de recurso, para garantir a segurança de seus habitantes e, inclusive a alimentação dos detentos da delegacia de polícia daquela cidade, é fornecido pela população.

Ora, segurança pública é dever do Estado, e o Poder Executivo do Paraná não poderá permanecer indiferente a esta cru-

ciante realidade.

REQUERIMENTO N° 3122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual América de Baixo, do Município de Morretes, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados, são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual José de Anchieta, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para o Colégio Estadual José Bonifácio, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Hugo Pereira Corrêa, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Helena V. Sundin, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a

doação para a Escola Rural Estadual Guaraçu, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Grajaú, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, video cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos.

Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3058

Senhor Presidente.

A Comissão de Segurança Pública, por seu Presidente, ao final subscrito, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XII, combinado com o Art. 131, ambos na Resolução n° 159/90, que independente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de que a mesma se pronuncie a respeito das condições da aplicabilidade da iniciativa do Projeto de Lei n° 255/91, lembramos, outrossim, que um primeiro pedido de informações já foi enviado no dia 03 de setembro de 1991, e até agora não recebemos resposta.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

REQUERIMENTO N° 3068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER informações da Secretaria de Estado dos Transportes a respeito da demora no início dos trabalhos de restauração da PR-323, trecho Rio Bertioga/ Cruzeiro do Oeste.

Se houve processo licitatório, remeter cópias das peças.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 3087

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente requerem, com base nas disposições regimentais e após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, constante dos seguintes itens:

1- relação dos cargos comissionados lotados no Gabinete do Secretário;

2- relação dos valores pagos a títulos de diárias, desde o mês de janeiro do corrente ano, para o Secretário; Chefe de Gabinete, Diretor Geral e demais ocupantes de cargos comissionados do Gabinete;

3- relação dos valores pagos a título de despesas com combustível em viagens dos respectivos servidores supramencionados;

4- comprovantes das despesas efetuadas, relacionadas nos itens 2 e 3.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ERONDY SILVÉRIO

ERNANI PUDELL

ADEMAR TRAIANO

NELSON JUSTUS

HERMAS BRANDÃO

NILTON BARBOSA

LOURENÇO FREGONESE

COLOMBINO GRASSANO

JOÃO PREIS

ALGACI TÚLIO

PAULO MAIA

DOUTOR ROSINHA

HEINZ HERWIG

JÚLIO BIFON

OVÍDIO CONSTANTINO

EMÍLIA BELINATI

MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 3080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, o artigo do advogado e Secretário da Fazenda Senhor Heron Arzua, inserido na Gazeta do Povo de 08 de agosto de 1993.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Pela oportunidade e profundidade dos conceitos emitidos por aquele causídico e eminente Secretário da Fazenda sobre a in-

constitucionalidade do IPMF, no que tange à sua cobrança dos estados e municípios e, considerando que as municipalidades paranaenses e mesmo esta Casa de Leis terão, na consulta da matéria, valiosíssimos subsídios para fundamentarem as ações diretas de inconstitucionalidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 439/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a implantar PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DE COMBATE À FOME NO ESTADO DO PARANÁ.

§ 1° - O presente Programa consistirá na distribuição, através da rede pública escolar do Estado, para alunos previamente cadastrados, cuja renda familiar situe-se entre 0 (zero) e 3 (três) salários mínimos, de uma quantidade de alimentos do tipo desidratados, suficiente para proporcionar às suas famílias uma refeição diária.

§ 2° - A frequência da distribuição será diária, sem efeito retroativo, ou remessa antecipada, exceto às sextas-feiras, quando o aluno receberá quantidades suficientes para o sábado e domingo.

§ 3° - A embalagem do produto a ser distribuído especificará o nome do Programa, o peso, a quantidade de porções, os ingredientes, no modo de preparar e a proibição de comercialização na forma: Distribuição Gratuita - Proibida a venda.

Art. 2° - Em decorrência da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento do vigente exercício, necessários ao custeio do disposto no artigo 1°.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Parece incrível mais é verdade, o Brasil e o Paraná, com contingentes de cidadãos passando fome. Fosse a Biafra, a Somália vá lá, mas o Brasil e o Paraná, considerado um dos estados celeiros da Nação, isto é inadmissível.

O Estado não pode mais omitir-se diante desta crucial e dura realidade, e terá certamente que intervir no sentido de ver diminuir a curto prazo esta triste realidade. A miséria e a penúria em que vive grande parcela do povo não pode ser desconsiderada.

Acreditamos que o presente programa se implementado, constituirá investimento, pois a alocação de recursos para este pro-

grama, minimizará investimentos do Estado em outros setores como o da Saúde, da Segurança, sem contar com o incremento da frequência escolar, o incentivo ao amor filial através da participação da criança no sustento familiar, contribuindo para a minimização dos problemas da criminalidade e da marginalização entre outros.

PROJETO DE LEI N° 440/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche e Pré-escolar "Crisálida", com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Entidade criada em 1° de fevereiro de 1988, a Creche e Pré-escolar "Crisálida", tem por finalidade dar amparo à criança carente de recursos, também amparo às mães gestantes e orientação social e econômica do lar.

É uma sociedade de caráter educacional filantrópico e sem fins lucrativos. Suas atividades são todas dirigidas a proteção e assistência à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar e pelas necessidades da criança.

Para o cumprimento eficiente destes objetivos, a Creche colabora com os Poderes Públicos no sentido de promover eficiente proteção e assistência a infância.

É pois um organismo importante para a coletividade, por isso pedimos o apoio dos nobres pares da Casa, no sentido de aprovar a medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 441/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Esta Associação criada em 11 de agosto de 1985 é uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, com a finalidade de dar assistência social e educacional à criança carente e também amparo às gestantes e orientação social e econômica do lar.

É uma entidade que estimula o espírito de solidariedade e comunidade entre os mo-

radores e mães, crianças integrantes da Creche, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade.

É pois um representante perante as autoridades dos interesses gerais desta coletividade.

Tendo em vista a importância da medida proposta, esperamos contar com o apoio dos Deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 442/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho Campinhos ao cruzamento da Estrada Ibaí/ribeirão do Pinhal, numa extensão de 10 Km no município de IBAÍTI.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 443/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro em Jundiá do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que, por meio deste, pretende-se declarar de Utilidade Pública, vem há longos anos prestando assistência social gratuita, de natureza meramente filantrópica, a crianças carentes de Jundiá do Sul.

Tal atendimento consiste em fornecimento de alimentação, orientação para o hábito da higiene e dos bons costumes e educação multidisciplinar. Cabe ressaltar que todo o atendimento, inclusive alimentar, é prestado em caráter inteiramente

gratuito, contando apenas com apoio da L.B.A. e Prefeitura local, órgãos conveniados, e da própria população.

Considerando o elevado valor social da Creche Nice Braga, de Jundiá do Sul, pelos relevantes serviços prestados à população infantil carente daquela comunidade, nada mais justo que o seu reconhecimento de Utilidade Pública pelo Estado.

PROJETO DE LEI N° 444/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte, com uma extensão de 06 (seis) quilômetros.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Crítico o problema de conservação de rodovias em todo o país, no Estado do Paraná, embora menor, existem trechos rodoviários em estado lastimável dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Dentre eles, situa-se a rodovia que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte.

Região agrícola, com tráfego intenso e pesado, não encontram na rodovia em questão condições para o escoamento de sua produção.

Trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras, devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento das regiões produtoras e, conseqüentemente o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo de recursos indispensáveis à conservação da mesma, propomos o referido Projeto de Lei, contando com a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 445/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade.

Art. 2° - Esta Delegacia atenderá exclusivamente aos cidadãos de terceira idade, recebendo denúncias, promovendo investigações e demais atribuições afetas à Polícia Civil.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, considerar-se-á cidadão de terceira idade os maiores de 60 (sessenta) anos.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente proposição é garantir aos cidadãos de terceira idade, uma Delegacia de Polícia compatibilizada e preparada para o atendimento especializado de seus problemas cotidianos.

Segundo estimativas do IBGE, pessoas que integram esta faixa etária chegam em torno de 15% dos brasileiros, isto representa um contingente de 17,5 milhões de habitantes, situando-se entre as dez maiores populações de idosos do planeta.

Considerando o estado de violência e abandono sofrido pela parcela do País, reflexo da contingência econômica, a criação de tal serviço concorrerá para que esses cidadãos recebam a reciprocidade do Estado pelos inúmeros serviços por eles prestados.

PROJETO DE LEI N° 446/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Casa do Menor de São Mateus do Sul", com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Menor de São Mateus do Sul, fundada em 23 de fevereiro de 1992, é constituída como sociedade civil, com personalidades jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, devidamente registrada em Cartório de Títulos e Documentos e declarada de Utilidade Pública Municipal.

A entidade caracteriza-se como instituição de educação à iniciação ao trabalho e de assistência social ao menor carente e ao menor de rua.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa o devido apoio à Proposição que ora apresentamos.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 447/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica determinado que para o

lançamento de esgotos sanitários em corpos d'água no Estado do Paraná, faz-se necessário o tratamento primário completo que deverá assegurar eficiências mínimas de remoção de 25% da demanda bioquímica de oxigênio em 5 (cinco) dias, e de 90% dos materiais sedimentáveis, tornando virtualmente ausentes os sólidos flutuantes.

§ 1º - Sistemas de fossas sépticas, filtros anaeróbicos e outros destinados ao atendimento de unidade ou pequenos conjuntos residenciais podem ser equiparados ao tratamento primário completo, desde que instalados e mantidos em operação de acordo com as normas do órgão responsável pela política de controle ambiental no Estado.

§ 2º - A presença de materiais flutuantes em corpos d'água, em especial óleos e graxas, provenientes dos lançamentos a que se refere esta Lei, não deverá ser perceptível para o olho humano.

§ 3º - Nos casos de lançamentos em lagos, lagoas e lagunas, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes.

Art. 2º - Para fins previstos nesta Lei, define-se como tratamento primário completo de esgotos sanitários a separação e a remoção, por processo de sedimentação de sólidos em suspensão, tanto sedimentáveis quanto flutuantes, seguido de seu processamento e disposição adequada.

Art. 3º - Fica proibido, em todo território do Estado do Paraná, o lançamento de substâncias separadas por sistemas de tratamento de esgotos sanitários - lodos - em quaisquer corpos d'água, devendo seu processamento submetê-las às estabilização ou outro processo que permita a sua disposição final sem oferecer riscos à saúde humana e ao meio ambiente, de acordo com os requisitos estabelecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Art. 4º - Objetivando assegurar a proteção da saúde pública e a qualidade ambiental, inclusive as características estéticas dos corpos d'água, o órgão responsável pelo controle ambiental poderá estabelecer exigências mais rigorosas que aquelas que caracterizam o tratamento primário completo definidas em Lei.

Art. 5º - O lançamento de esgotos sanitários em águas interiores deverá respeitar requisitos mais restritivos, a serem especificados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da vigência desta Lei.

Art. 6º - Não será permitido o lançamento na rede de esgotos de substâncias ou compostos poluentes, de quaisquer origens que possam vir a produzir efeitos danosos nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos operados por órgãos públicos e empresas concessionárias desses serviços, ou

que exijam tratamentos adicionais àqueles que normalmente são dados aos esgotos sanitários.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente deverá estabelecer condições limites para as substâncias poluentes e para as características físicas dos afluentes lançados em sistemas públicos de coleta de esgotos, por categoria de estabelecimentos e tipos de afluentes.

Art. 7º - Deverão ser previstas áreas para tratamento de esgotos que atendam as necessidades atuais e as previsíveis, face à expansão planejada de ocupação do solo, bem como à melhoria continuada da qualidade dos afluentes.

Parágrafo Único - Tais áreas deverão ser suficientes para mitigar os impactos ambientais negativos na região do projeto e em qualquer área direta ou indiretamente afetada pela construção e operação do sistema de tratamento e disposição final previsto.

Art. 8º - Os efluentes de hospitais, laboratórios, clínicas e estabelecimentos similares, em áreas que não disponham de sistema público de tratamento, deverão sofrer tratamento especial na origem, que impossibilite a contaminação dos corpos receptores por organismos patogênicos.

Parágrafo Único - Tais atividades deverão ser objeto de licenciamento para instalação e operação, aprovado previamente pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Art. 9º - Os municípios que possuem cidades com população igual ou superior a 20.000 (vinte mil) habitantes, na data da publicação desta Lei, deverão elaborar e aprovar, no órgão estadual de controle ambiental, um plano de coleta, transporte, tratamento e disposição de seus efluentes de esgoto sanitário.

§ 1º - Como política estadual, será exigido planejamento integrado, especialmente nos casos de lançamentos sucessivos de efluentes, para os municípios que utilizem as mesmas bacias hidrográficas.

§ 2º - O prazo para a elaboração deste plano e sua entrega no órgão estadual de controle ambiental, para aprovação, é de no máximo 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 10º - Para os sistemas de coleta e tratamento de esgotos em operação quando da data da publicação desta Lei, terá o órgão público e a empresa concessionária dos serviços de esgotamento sanitário o prazo de 6 (seis) meses, contados daquela data, para apresentar um cronograma de obras de aprimoramento de suas instalações, visando, no menor prazo possível, e em função da disponibilidade de áreas enquadrá-las nos níveis e padrões determinados nesta Lei.

Art. 11 - O descumprimento e a res-

responsabilidade será apurada pelo órgão estadual responsável pela política ambiental através de processo administrativo, independentemente da responsabilidade civil ou criminal, de acordo com a legislação ambiental vigente.

Parágrafo Único - As penalidades administrativas a serem aplicadas serão:

I - multas conforme tabela elaborada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de acordo com o impacto ambiental causado de 1 a 1.000 UFEPR'S;

II - Interdição.

Art 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Quase em vias de sua revisão, conforme previsão do artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, não teve a Constituição Estadual, ainda, inúmeros de seus artigos carentes de regulamentação, devidamente regulamentados.

O Artigo 210 da Carta Magna do Estado, objeto do presente plano de lei complementar é um deles. Prevê o estabelecimento de polícia de saneamento básico rural e urbano, com vistas à garantia de uma melhor qualidade de vida dos cidadãos paranaenses.

Sua regulamentação, portanto, é de suma importância, pois, a preocupação com a preservação ambiental passa a ser preponderante e primordial e, o estabelecimento de normas que viabilizem o saneamento básico através da imposição de políticas e da penalização por seu não cumprimento é de relevante importância social e, de garantia de padrões dignos de melhoria dos cidadãos do Estado.

Razão pela qual, apresentamos o presente projeto de lei complementar, à consideração dos nobres pares desta Casa, que conscientes de sua relevância não negarão apoio à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Usando da prerrogativa de meu mandato legítimo, outorgado em voto soberano de nosso povo, venho a esta Tribuna para manifestar uma gravíssima preocupação com assunto do maior interesse de todos nós.

Estou falando do BANESTADO, o nosso Banco do Estado do Paraná.

Desta Tribuna já surgiram denúncias de irregularidades com relação a indenizações milionárias que estão sendo feitas pela atual diretoria, e denunciadas pelo Deputado Colombino Grassano. Denúncias de que credores privilegiados que não são executados, de financiamentos para empresas envolvidas no tráfico de toneladas de cocaína, e ultimamente até de ação popular de ex-funcionários do BANESTADO temerosos do destino de suas aposentadorias.

Pois meu desejo nesse momento é falar do balanço apurado em 31 de dezembro de 1992.

Houve, como todos nós sabemos, uma sonora propaganda, envolvendo esse balanço e particularmente os resultados desse balanço, tendo sido bastante destacado que o lucro do Banco foi de 500 bilhões de cruzeiros da época, hoje 500 milhões de cruzeiros reais.

Eu tenho seriíssimas restrições a esse número com o qual eu não concordo.

Eu peço neste instante a atenção do Senhor Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, dos integrantes da Mesa Diretora, Deputado Heinz, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, da Senhora Deputada, dos companheiros e demais ouvintes, levei meses analisando com pessoas qualificadas, ouvindo técnicos do setor, e concluí que deve revelar nesta Tribuna, a minha discordância, discordância dos números que o Balanço do BANESTADO de 1992, acusou.

E estas revelações são feitas com análise do próprio Balanço e principalmente extraídas dos destaques e ressalvas dos auditores independentes, a conceituadíssima "Price Whitehouse", que auditou Balanço do nosso banco.

Estas ressalvas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, provocaram meu desacordo. E para ser bastante sincero estas ressalvas me inquietaram e tenho certeza que estas ressalvas inquietarão o povo do Paraná, o verdadeiro dono do Banco do Estado do Paraná.

E não desejo que se transforme este Balanço numa peça de enganação, se não vejamos, e gostaria que todos acompanhassem o nosso raciocínio.

O Balanço do BANESTADO publicado na Gazeta do Povo do dia 10 de março de 1993, diz que o banco do povo do Paraná teve o excepcional lucro de 16,43% sobre o patrimônio líquido, ficando assim em primeiro lugar entre os bancos brasileiros.

Todavia, este alegado lucro de 477 bilhões de cruzeiros, ou agora, 477 milhões de cruzeiros reais, não é como se pode pensar, lucro em dinheiro vivo, lucro em moeda corrente, mas na verdade, um lucro escritural.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada para entender-se como foi

feito o Balanço e tivesse o BANESTADO este lucro, é fundamental que se preste muita atenção às seis ressalvas dos auditores.

As ressalvas são dos auditores da "Price". Vejamos:

1. em 30 de junho de 1991 o Governo do Estado do Paraná assumiu os débitos do BADEP junto ao BANESTADO.

O débito do BADEP basicamente tinha a seguinte origem:

1. O CDI - que é o Certificado de Depósitos Interfinanceiros.
2. O diferencial de rendimentos sobre direitos creditórios adquiridos e,
3. Direitos creditórios adquiridos.

Ocorre que em 23.12.91 o Banestado cedeu ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, os valores relativos aos Certificados de Depósitos Interfinanceiros e os valores do diferencial de rendimentos sobre os direitos creditórios com vencimento até 31 de dezembro de 1992.

Em 20 de maio de 1992 os valores dos direitos creditórios foram cedidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico administrado pelo Banco, que são pagáveis em 180 prestações mensais, vencendo a primeira, em 20 de dezembro de 1992. Na mesma data, através de Aditivo de Cessão de Crédito, foi repactuada a Cessão de 23 de dezembro de 1991, mas as mesmas condições dos direitos creditórios.

Em decorrência destas transações meramente escriturais, foi reconhecido no resultado de 1992, rendimentos de 591 bilhões, 202 milhões, 600 mil cruzeiros e revertido provisão constituída em exercícios anteriores, de 194 bilhões, 691 milhões e 56 mil cruzeiros. Os auditores ressaltam no item 6 de seu parecer, que desses valores, 359 bilhões, 507 milhões, 608 cruzeiros são rendimentos de exercícios anteriores.

Portanto, dizem os auditores da "Price" e não é o Deputado Luiz Carlos Martins que está dizendo isso - os auditores da "Price" é que dizem que não deveriam esses números influenciar o resultado de 1992, Deputado Colombino Grassano. Seria a soma de 164 bilhões como rendas a apropriar e 194 bilhões de reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, também do exercício anterior. Liquidação duvidosa do exercício anterior.

Apenas para se ter uma idéia do que representam esses valores do Fundo de Desenvolvimento Econômico, papéis que poderíamos dizer como diz a linguagem de mercado, "títulos podres", representavam na data do balanço, 68,45% do patrimônio total do Banco, o que vale dizer que é uma concentração de risco exagerada para o nosso Banco, ou não é?

Conforme nota explicativa nº 5, ainda dos Senhores auditores, o valor de 65 bi-

lhões, 948 milhões, 388 mil cruzeiros referentes aos créditos vencidos há mais de 60 dias que empresas e pessoas físicas deixaram de pagar ao banco, não teve provisionado o necessário recurso, deixando assim de ser levado como despesas estes 65 milhões de cruzeiros reais e aparecem eles inexplicavelmente com lucro!

Por outro lado, num procedimento que não encontra total amparo nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, a atual diretoria do BANESTADO, - gostaria de chamar a atenção do Sr. Presidente desta Casa, dos Srs. Deputados, num procedimento que não encontra total amparo nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, a atual diretoria do BANESTADO, Deputado Bona Turra, registrou como lucro o crédito tributário fiscal de 1992, no valor de 45 bilhões, 640 milhões, 645 cruzeiros, que foi atualizado monetariamente em mais de 81 bilhões, 25 milhões, 451 mil cruzeiros, perfazendo o total de 126 milhões de cruzeiros reais também são mero resultado escritural, não lucro efetivo e operacional, ou patrimônio do banco.

Assim, Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, numa primeira conclusão, pode-se afirmar que descontadas as ressalvas dos auditores da "Price", itens 6 e 7, o lucro de 1992 não seria de 477 milhões de cruzeiros reais, mas simplesmente de 118 milhões de cruzeiros reais, pois foram escriturados lucros da ordem de 359 milhões de cruzeiros reais nos exercícios anteriores. Diga-se, mais uma vez, que são lucros meramente escriturais, mas não é de dinheiro em caixa, não é de moeda viva, corrente, apenas escritural.

Tenho aqui para apresentar para os Senhores a composição do resultado. Esta composição é bastante interessante. O valor do lucro divulgado, 477 bilhões, 680 milhões, 596 mil cruzeiros, menos os resultados dos exercícios anteriores, 359 bilhões, 507 milhões, 608 mil cruzeiros, o resultado real de 1992 é de 118 bilhões, 172 milhões e 988 mil cruzeiros.

Deste modo não é correto o quadro que a diretoria publicou para mostrar o BANESTADO em primeiro lugar de 1992, pois o resultado é de uma rentabilidade de apenas 4,6% sobre o patrimônio líquido e não de 16,43%. E é isto que interessa para o balanço. Como este número que entendemos que seja o real, aí inverte-se a posição, passando de primeiro lugar para o último dos 13 bancos de maior lucratividade de 1992.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda estamos com dúvidas porque se adotarmos a técnica conservadora dos bancos, aos quais se quer fazer comparações e as ressalvas dos auditores da "Price", de lucro passaremos a ter prejuízo de menos

2,74%. Para isto basta somarmos o resultado escritural dos exercícios anteriores mais a previsão para os créditos não recebidos e vencidos há mais de 60 dias e a receita do imposto de renda pelo prejuízo que tem-se 74 bilhões, 441 milhões e 496 mil cruzeiros de prejuízo em 92. A composição do prejuízo valor do lucro divulgado em 92: 477 bilhões, 680 milhões, 596 mil cruzeiros, menos o resultado dos exercícios anteriores - 359 bilhões, 507 milhões, 608 mil cruzeiros, menos a provisão para operações vencidas - 65 bilhões, 948 milhões, 388 mil cruzeiros menos a receita obtida pelo imposto de renda, 126 bilhões, 666 milhões e 90 mil cruzeiros, nós temos aqui a composição do prejuízo de 1992 que é da ordem de 74 bilhões, 441 milhões e 496 mil cruzeiros.

Isto mesmo Senhores, um prejuízo de 74 bilhões de cruzeiros que seriam 74 milhões de cruzeiros reais, e, todos sabem que balanço é uma peça contábil, fácil de ser manipulada e montada por várias óticas e mesmo sob o ângulo nebuloso da legalidade. Não estou dizendo que o BANESTADO quebrou. Ou que seu balanço seja ficção pura e simplesmente. Mas estou questionando legitimidade; mostrando dúvidas que os próprios auditores da "Price" ressaltaram. De nada adianta propaganda que venda um produto irreal, imaginário. Temos que reduzir a ficção da coisa pública. O povo merece a transparência. Esta gloriosa instituição que é o BANESTADO vai ficar, sempre, mas sua Diretoria é passageira. Por isto, minha preocupação com a necessidade de se apurar estes questionamentos!

Para quê, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados?

Para quê mostrar lucro se tal não ocorreu? Maquiar um balanço com que finalidade?

Pela minha ótica, apresentar lucro quando se tem prejuízo, é uma má política para nós paranaenses, pois quem tem lucro tem que pagar Imposto de Renda.

Ora, o Paraná, como Estado pagando Imposto de Renda indevido, é a mesma coisa que deixar de receber sua participação da União, pagar milhões aos outros Estados apenas para vangloriar-se de que o Banco do Estado do Paraná, está melhor que os outros.

Não sou injusto de desconhecer que alguns programas do BANESTADO, deram e estão dando bons resultados, quer no fomento à produção ou na criação de empregos.

O BANESTADO, como instrumento financeiro do Governo do Estado, tem a obrigação de assim agir, e quando assim age, como no "Bcm Emprego", no "Panela Cheia", rendo os meus parabéns.

O que não posso e não quero é passar por omissos e não ter olhos para ver o que

está acontecendo com esta instituição de mais de sessenta e cinco anos.

Desejo que toda a verdade seja restabelecida. E para tanto, invoco o apoio de todos, para que possamos nesta Casa, eleita pelo povo, que é o verdadeiro dono do BANESTADO analisar com maior rigor a versão que a Diretoria do BANESTADO possa ter para os questionamentos que formulei.

Vou além, Senhores Deputados, Senhora Deputada entendo que estas questões não merecem ficar neste depoimento ou em simples explicações burocráticas. Portanto, estou ingressando na Mesa Diretora desta Casa com pedido de informações dirigido ao Senhor Governador e solicitando que Sua Excelência instrua a Diretoria do Conglomerado BANESTADO a nos informar com rapidez e eficiência o seguinte:

1º - esclarecimentos detalhados sobre a inclusão de 359 bilhões de cruzeiros da época, de exercícios anteriores, e que mereceu ressalva, de nº 6, dos Auditores do Balanço de 31 de dezembro de 1992;

2º - qual o critério empregado pelo BANESTADO quanto a cobrança de atrasados? A partir de quanto tempo é considerado crédito vencido e abatido do lucro? Por que não houve provisão em balanço para os créditos vencidos há mais de 60 dias em 31 de dezembro de 1992? Em 31 de dezembro de 1992, daquele valor ali registrado como débitos em atraso, qual a percentagem paga até a data atual?

3º - Por que o BANESTADO, em seu balanço de 31 de dezembro de 1992, registrou como lucro o crédito tributário do prejuízo fiscal atualizado monetariamente? Houve algum parecer técnico sustentando tal decisão? Foi consultada a CVM - Comissão de Valores Mobiliários a respeito?

Eu vou apresentar, estou apresentando esse pedido de informações, e eu peço encarecidamente que esta Casa aprove e que a Liderança do Governo não peça para discutir para ficar para amanhã.

Para quê, Senhor Presidente, para quê, Senhora Deputada e Senhores Deputados, para quê mostrar lucro se tal não ocorreu? Por quê maquiar um balanço, qual a finalidade, qual o objetivo? Pela minha ótica, apresentar lucro quando se tem prejuízo é uma má política para nós paranaenses, pois quem tem lucro tem que pagar imposto de renda.

Aí que está o "x" da questão, quem tem lucro tem que pagar imposto de renda. Ora, o Paraná como Estado pagando imposto de renda indevido, é a mesma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Nobre Deputado Luiz Carlos Martins o seu tempo está esgotado, nós damos um minuto para o Senhor concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência poderá usar o horário destinado ao Partido Liberal.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Eu agradeço o Deputado Colombino Grassano que nos oferece o horário do Partido Liberal Senhor Presidente.

Se formos atendidos satisfatoriamente nesses questionamentos que fizemos entendemos que o povo do Paraná estará contemplado com a melhor transparência possível, resultando em salutar norma de esclarecimento da coisa pública, do dinheiro do povo do Estado do Paraná.

Lembro dessa Tribuna pronunciamento que fiz recentemente, onde alertava o Chefe do Poder Executivo do Paraná sobre a inconveniência de eleger conselheiros fiscais dentre funcionários públicos ocupantes de cargos em Comissão. Os Senhores estão lembrados disso. Não conheço e nada posso dizer dos conselheiros fiscais que assinaram parecer sobre o balanço do BANESTADO em 1992. Mas sei que eles estão próximos de dirigentes do alto escalão, ou estavam na época do balanço. Prática que condenei da Tribuna desta Casa e que volto a condenar, pois tira qualquer isenção do parecer que deveria ser eminentemente transparente e sóbrio.

Eram essas as considerações que tinha propósito o balanço do BANESTADO de 1992! E cujos os informes tirei da própria publicação feita e, principalmente, das notas explicativas e das ressalvas dos Auditores Independentes.

Gostaria nesse momento de conceder ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan o aparte que Sua Excelência nos pediu.

O Sr. Oswaldo Trevisan (Aparte) - Eu agradeço inicialmente o aparte de Vossa Excelência...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Mas antes do aparte de Vossa Excelência eu gostaria de saber se o Senhor tem em mãos o Balanço do BANESTADO?

O Sr. Oswaldo Trevisan - Bom...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Não. Quero saber se o Senhor tem em mãos o Balanço do BANESTADO? Se o Senhor não tem o Balanço eu não admito, Senhor Presidente, eu não aceito porque eu passei exatamente 60 dias, dois meses, com técnicos, professores universitários, estudantes de Balanço. Chega de brincadeira, chega de gozação. É preciso levar a sério. Está aqui. O Governo que responda ao povo do Paraná os questionamentos.

Senhor Deputado, o Senhor é mais velho do que o Governador e eu me lembro de uma

passagem, Senhor Deputado, em que um Senhor de cabelos brancos e um jovem galgavam uma montanha e num determinado momento, aquele senhor de cabelos brancos, à frente do jovem, parou, olhou para o jovem e disse: "Jovem, nós vamos ter que atravessar uma fenda, nós vamos ter que pular esta fenda. E esta fenda é larga e perigosa. Mas não se esqueça, jovem, se você cair não esqueça de olhar para o lado direito é muito bonito, a paisagem é muito bonita".

Se o Senhor, Deputado Oswaldo Trevisan, por quem nós temos o maior respeito, o Senhor poderia usar este exemplo desse senhor e desse jovem que galgavam aquela montanha e conversar com o Governador e dizer a ele que nós fizemos esses questionamentos todos aqui e que nós precisamos...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Mas o Senhor vai me conceder o aparte, porque eu vim lá de trás...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Mas se o Senhor não tem o Balanço nas mãos eu não vou discutir, o Senhor vai discutir com os auditores...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Deputado, eu quero dizer: "tenho aqui o Balanço, tenho aqui todos os Balanços, está aqui..."

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Se o Senhor tem o Balanço...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Tenho. Tenho.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Se o Senhor tem o Balanço, o Senhor segue o exemplo desses dois, daquele senhor de cabelos brancos e do jovem. O Senhor sai daqui e vai até o Palácio Iguazu. Sabe por quê, Deputado Trevisan? Nós temos pelo Senhor um grande respeito, pela sua vida parlamentar. Eu não posso admitir que de repente o Senhor se transforme num ventríloquo trapalhão. Eu não posso. Ou está faltando para o Senhor aquele aparelhinho que vai no ouvido, que os entrevistadores de televisão, de programas de entrevistas - eu não sei se os Senhores já repararam, o Jô Soares usa, um aparelhinho aqui, o Clodovil usa também, é aquele aparelhinho, é porque o auditório está em baixo e o Diretor fica lá em cima. O Diretor está lá no Palácio Iguazu.

Então, de repente vai precisar um aparelhinho desses para ir receber umas informações, porque se não o Senhor vai se transformar...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Nobre Deputado Luiz Carlos Martins, seu tem-

po está esgotado. Tem um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Olha, agradeço pela atenção.

Estou apenas agindo desta forma porque eu nunca fui para os jornais e para o meu programa de rádio fazer brincadeiras com os meus colegas Deputados e eles são prova disso. Nunca.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (*Pela Ordem*) - Quero registrar nesta Casa, nesta oportunidade, a presença do Líder do PDT na Câmara Municipal de Maringá, nosso companheiro Ricardo Maia e também do ex-Prefeito da Cidade de Barbosa Ferraz e futuro integrante do PDT do Paraná, o companheiro Odílio Balbinoti que se encontra nesse momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (*Hermas Brandão*) - Nós tínhamos em nossas mãos aqui na Mesa, a pedido do Deputado José Alves, a presença do ex-Prefeito de Barbosa Ferraz - Odílio Balbinoti e do Vereador Ricardo Maia de Maringá.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O mal não é o que entra pela boca do homem, mas o mal é o que sai da boca do homem."

E o Deputado Luiz Carlos Martins, ainda que tenha tentado dizer ali alguma parábola bíblica - ele que é, no seu programa de rádio, um homem que se mostra bastante religioso - pecou ali, contra o 8º Mandamento da Lei de Deus que diz: "Não levantar falso testemunho".

Mas o que mais me surpreende também, é o que o Deputado Luiz Carlos Martins não falou com o coração, como costumeiramente o faz nesta Casa, e também faz na sua profissão. Ele falou apenas pela sua boca e falou não em seu nome, mas em nome de outros. Não vou aqui tecer acusações e retorquir o que disse na tribuna o Deputado Luiz Carlos Martins. Vou me conter na análise em resposta ao seu discurso. E, dependendo de como a coisa andar, a gente calibra mais as coisas.

O Deputado Luiz Carlos Martins disse que fazem dois meses que vem estudando o balanço do Banco do Estado, junto com técnicos, junto com peritos e quero registrar, nobre Deputado, lamento que dois meses não foram suficientes para Vossa Excelência aprender e sequer ler o balanço do Banco do Estado. Lamento isto. Por esta razão Vossa Excelência não me concedeu os apartes que pedi no momento oportuno. Por-

que eu queria dizer o seguinte, Vossa Excelência vem dizer: "Chega de brincadeira". Mas se alguém está brincando, deve ser Vossa Excelência - o autor do discurso - pois anunciou aí, faz uma semana, que vai fazer um discurso nesta Casa. E hoje, alguns jornais trazem aí uma manchete: "Deputado contesta hoje balanço do Banco do Estado!"

Sai correndo por aí avisando: "Olha, hoje, lá na Assembléia, vou contestar o balanço do Banco do Estado. Põe no jornal aí!"

Traz um batalhão de fotógrafos que ficarão ali, de plantão, o tempo todo, para tirar o melhor momento, para tirar uma foto onde talvez o Deputado se empolgasse e falasse do Banco do Estado.

Mas veja bem, quero inicialmente agradecer ao Deputado quando ele reconhece, no seu discurso, que fala da gloriosa instituição do Banco do Estado. Realmente, o Banco do Estado é um patrimônio desse Estado, é o patrimônio de todos os paranaenses e é uma gloriosa instituição. Como ele reconhece que os programas do Banco do Estado, notadamente os programas de alcance social: "Panela Cheia", "Bom Emprego", estão dando resultados e estão colaborando para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. E quando eles reconhecem também que outros programas estão dando certo. Mas não sei porque vem ele aqui - e noto que nesta Casa existe um conjunto orquestrado de alguns Deputados a serviço do entretimento, que querem privatizar o BANESTADO, o segundo mais importante Banco Estadual deste País, e que cumpre suas finalidades sociais, não concordam com isto e, por isto, querem privatizar.

E entre esses ele tentou ali o socorro do nobre Deputado Colombino Grassano que também, há poucos dias, veio daquela tribuna e pregou abertamente a privatização do Banco do Estado. Tentou ele ali o socorro do Deputado Paulo Maia, mas nenhum deles, naquele momento, socorreu-o, embora em outras oportunidades, isoladamente, tenham andado aí na mesma linha.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu vou conceder o aparte. Não vou fazer como o Deputado Luiz Carlos Martins, não! Enrolou, enrolou...

Vou conceder o aparte e quero debater, nobre Deputado. Só me permita pôr o meu assunto aqui, inclusive, para que Vossa Excelência depois, tenha assunto para me apartear. Darei o aparte. Só quero colocar a questão.

O que precisamos, Senhores Deputados - perguntei ao nobre Deputado quando ele fa-

zia o discurso e dizia que havia algumas ressalvas da "Price". E perguntei: "quais são as ressalvas?" E ele não soube responder, porque ele estava era lendo ali um papel, porque, certamente, os técnicos escreveram e disseram: "Olha, vá lá e leia isto daqui, mas não dê apartes para ninguém, porque se você der apartes..." Foi o que ele fez: ele leu ali e não deu apartes para ninguém. Na hora que ele concedeu aparte, perguntou-me se eu tinha em mãos os balanços do Banco do Estado. Quero dizer, nobre Deputado - quero responder o seu discurso ou de Colombino ou de qualquer Deputado - não preciso ter em mãos os balanços. Tenho na cabeça os assuntos que preciso tratar nesta Casa, como também não preciso ficar dois meses estudando e não aprender nada.

Mas tenho em mãos, nobre Deputado, os três últimos balanços. Tinha acabado de receber naquele momento em que Vossa Excelência me pedia o aparte. O do ano de 1992, do primeiro e segundo semestres. Tenho também em mãos o balanço...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - (Faz soar os tímpanos).

Nobre Deputado Trevisan, o seu tempo está esgotado. O Senhor terá um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Utilizo o Horário do PFL.

E tenho também em mãos o balanço do Banco do Estado agora, deste último semestre. Mas tenho em mãos, Deputado, também o Parecer original da "Price". Não é coisa que Vossa Excelência não possa ver, veja aqui, faça o favor de examinar.

(O Senhor Deputado Oswaldo Trevisan exhibe o parecer que se encontra em suas mãos).

Tenho aqui em mãos o Parecer dos auditores independentes da "Price Waterhouse", uma das auditorias mais respeitadas no mundo inteiro.

Nobre Deputado Colombino, está aqui (mostra o parecer).

O SR. Colombino Grassano - Concede um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - E ela não faz nenhuma ressalva que possa merecer assim o espanto que Vossa Excelência faz nesta tribuna. O que ela faz são considerações normais que se faz em todas as auditorias.

Agora, a conclusão é pela eficácia do balanço, pela correção do balanço, pela certeza do resultado que deu ao Banco, mas Vossa Excelência faz ali mais algumas observações. Vossa Excelência chega e diz que não concorda com o balanço do Banco do Estado. Se Vossa Excelência concorda ou não, isto não altera nada, porque ficou

dois meses estudando e não aprendeu nada. Agora, a "Price", uma firma especializada em auditoria, concorda. Então, entre Vossa Excelência e a "Price", fico com a "Price".

Prosseguindo: Vossa Excelência vem falar, espantou que o Banco fez reversão de provisão. Vossa Excelência sabe o que é "provisão", para falar? Não sabe. Então! Então não sabe e vem falar de balanço? Veja, Deputado, veja o seguinte: as provisões podem normalmente serem revertidas. Nós fazemos muitas vezes provisões num ano. O lucro está grande, exatamente para não pagar muito imposto de renda, ou para dar à empresa, mas especificamente, uma solidez maior, nós fazemos provisões: jogamos vários valores em provisões. Às vezes chega no balanço seguinte, não há mais razão em manter aquela provisão ali, a gente reverte e naturalmente ela vem para lucro. É esta a razão e não vejo, portanto, motivo para espanto de Vossa Excelência.

Queria acrescentar mais: a "Price" está aqui dizendo que analisou o balanço em todos os seus detalhes e está aprovando o balanço do Banco do Estado. O Banco do Estado tem mostrado - notadamente nos últimos Governos do PMDB - que é um Banco - notadamente agora com Requião - rentável, sério, um Banco que cumpre as suas finalidades econômicas e sociais. Mais alto ainda do que a própria "Price", que aprovou o balanço, fala o mercado e no mercado nós estamos vendo as ações do Banco do Estado subirem de preço, de cotação, todo dia. Nós sempre temos maior quantidade de compradores do que vendedores, e o Banco do Estado hoje, é símbolo de decência, de moralidade, de competência e de respeito, no Paraná e no Brasil.

Vou conceder aparte ao Deputado Colombino.

O SR. Colombino Grassano - Em primeiro lugar, o Deputado está sendo injusto com os fotógrafos. Em primeiro lugar porque Vossa Excelência, na linguagem automobilística, "está no vácuo" do Deputado Luiz Carlos Martins, cujo prestígio com a imprensa é grande e que possibilitou a vinda de fotógrafos para registrar a sua denúncia. Vossa Excelência fala em "Bom Emprego", que é um grande programa do Banco do Estado. Realmente é um bom emprego, um bom emprego para o Presidente do Banco do Estado do Paraná, que é o grande "marajá" desse Estado.

Vossa Excelência diz que o Banco é da mais alta responsabilidade. O Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, acaba de determinar que até amanhã, o Presidente do Banco do Estado deve dizer onde estão os 130 milhões de dólares que pertencem ao

Município de Foz do Iguaçu e que há dois anos estão retidos em algum lugar.

O Banco do Estado do Paraná, Senhor Presidente, teve dois contratos impugnados pelo Tribunal de Contas na semana passada. Isto é sinal de que as coisas não vão bem. Eu pediria ao Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, que, no exercício de suas funções e com amparo constitucional, encaminhasse a sua denúncia à auditoria do Tribunal de Contas junto ao Banco do Estado, para que estas denúncias fizessem parte da auditoria, já que foi instituída por deliberação desta Casa, e que também está com a prerrogativa de analisar o balanço, ou os balanços do Banco do Estado do Paraná, além de outras prerrogativas, como os contratos firmados com empresas de outros Estados e que oneraram em muito as finanças do Banco do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Deputado, a denúncia do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins é séria. Vossa Excelência está com evasivas. Vossa Excelência deve apresentar - contra os números apresentados pelo Deputado Luiz Carlos Martins e os números que Vossa Excelência possui do Banco do Estado do Paraná. Contra números deve haver números, porque se o Senhor Governador do Estado está preocupado com os salários dos que ganham muito, ele deve se preocupar muito mais com os salários dos que ganham pouco. Porque não deve fazer, em nome dos que ganham muito, uma política de incitamento com os que ganham pouco; porque ele tem solução constitucional para liberar o salário daqueles milhares de servidores do Estado que estão a exigir uma recompensa melhor pelo trabalho.

Então, Vossa Excelência, Senhor Deputado, inteligente que é, homem habituado às lides parlamentares, com passagem pela Câmara Federal, deveria refutar o Deputado Luiz Carlos Martins com números, porque com números ele denunciou. O destrato, Senhor Deputado - e Vossa Excelência é Professor de Direito. Faz-se da mesma forma que o contrato. Uma resposta com os dados conclusivos como os feitos pelo Deputado Luiz Carlos Martins, deve ter uma resposta também conclusiva e com números por parte de Vossa Excelência.

Agradeço o aparte e delicadeza de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Participo ao Deputado Oswaldo Trevisan que terá um minuto para encerrar seu pronunciamento.

Já ocupou o Horário de Liderança do PMDB e do PFL.

O SR. OSWALDO TREVISAN - E do PSDB agora. (Assentimento).

Da mesma forma que o destrato se faz

da forma do contrato, em Direito das Obrigações também vemos no artigo 1092 do Código Civil, que a parte que não cumprir o seu encargo num contrato, não pode exigir que a outra o faça. Vossa Excelência vem me cobrar para dar respostas ao Deputado Luiz Carlos Martins em números. Ora, os números que estou dando aqui! Trouxe o parecer da auditoria, estão aqui, para quem quiser ver!

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência poderia ler os itens referidos pelo Deputado Luiz Carlos Martins, os que constam do relatório da "Price".

O SR. OSWALDO TREVISAN - Se me derem tempo, leio inteirinho. É só ter a tarde toda e eu leio.

O Sr. Colombino Grassano - Mas os itens ditos pelo Deputado Luiz Carlos Martins constam do relatório de Vossa Excelência, ou ele maquiou o relatório da "Price"?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Perguntei para ele e ele não disse, então, não tenho obrigação de responder também, porque para mim, não há ressalvas.

E vocês vêm falar em Banco do Estado, 150 bilhões de dólares de Itaipu. Querem saber onde estão retidos? Por quê o Banco é que tem que saber? Precisa perguntar para quem está. Por quê o Banco é que tem que falar?

O Sr. Colombino Grassano - Porque o Banco chega a ser citado pelo Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública e que quer saber onde está o dinheiro da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - Prefeitura hoje, aliás, administrada pelo nosso ex-companheiro Dobrandino, do Partido de Vossa Excelência. Vossa Excelência deveria ter o zelo, como tem o zelo em defender o Banco do Estado, em defender os interesses da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Então, o Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública quer saber, até amanhã, onde estão os 130 milhões de dólares que pertencem à Prefeitura de Foz do Iguaçu.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Esteja tranqüilo que no Banco não estão.

Segunda questão, Vossa Excelência passou ao largo, de raspão, falou aí em contratos impugnados pelo Tribunal de Contas. Admira-me Vossa Excelência trazer essa colocação aí, Vossa Excelência que já foi do Tribunal de Contas.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência fala em moralidade administrativa.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vossa Excelência precisa usar as palavras com propriedade. O que houve com esses dois contratos e eu tive o cuidado de ler o parecer do Tribunal, o Tribunal recomendou que em face da nova lei das licitações públicas, o banco não mais fizesse contrato naquela maneira, ou seja se adequasse à nova lei. E qual o mal disso Deputado? Isso ocorre.

O Sr. Colombino Grassano - Vou ler aqui.

Além dos entendimentos em Curitiba o acordo prévio de diárias pagas pelo BANESTADO e viagens. Nesses casos além de hotéis, alimentação, passagens o banco pagaria ainda 15% a mais para eventuais despesas de lavanderia e gorjetas.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Veio a nova lei das licitações e disse que isso não podia mais. O Tribunal cumprindo sua missão constitucional alertou o banco. Foi isso que aconteceu.

E agora, Vossa Excelência, Deputado Carlos Martins e outros vêm fazer cavalo de batalha dessa tribuna como se fosse uma coisa errada do BANESTADO.

É isso que não pode. Ninguém vai subir àquela tribuna e impunemente falar do Governo que eu represento nesta Casa ou falar do Banco que pertence ao Governo que eu represento.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio que pedia uma página da Bíblia para me acalmar.

O Sr. Algaci Túlio - Parece que faltou, porque Vossa Excelência está um pouco nervoso.

Gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, já que Vossa Excelência acaba de dizer que o pronunciamento do Deputado Carlos Martins foi vazio e não trouxe novidade, foi só um estardalhaço de imprensa, que todo dia tirava proveito disso.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu disse que esses que vêm aqui falar disso, estão a serviço do empreguismo.

O Sr. Algaci Túlio - Tenho certeza que não se propõe a esse papel Deputado Luiz Carlos Martins. E ninguém da Bancada do PDT que sobe àquela tribuna quando vem questionar os fatos que podem ser irregulares dentro do Governo do Estado do Paraná.

Mas como Vossa Excelência já foi Diretor do Banco do Estado do Paraná, bancário que foi e nós acreditamos na sua capacidade, sua inteligência, se não fosse assim, não estaria nessa tribuna neste momento questionando os números colocados pelo Deputado Luiz Carlos Martins, mas eu faço um apelo agora para Vossa Excelência diante

da clareza, diante da maneira como Vossa Excelência coloca os números do Banco do Estado do Paraná, gostaria que Vossa Excelência agora assumisse o compromisso com este Plenário.

Há na Mesa um pedido de informações do Deputado Luiz Carlos Martins versando sobre os números do BANESTADO.

Se Vossa Excelência que com tanto estardalhaço está nessa tribuna e fez gestos para ser fotografado também e acusou o Deputado de ser fotografado, Vossa Excelência, que como disse o Deputado Colombino Grassano, entrou no vácuo do Deputado Luiz Carlos Martins, que Vossa Excelência assumiu agora perante este Plenário o compromisso como outros líderes da Bancada do PMDB de permitir que este pedido de informações seja aprovado para maior clareza e total condições para que o BANESTADO possa esclarecer esta Casa.

Espero que Vossa Excelência tenha esse discernimento e concorde com esse pedido de informações.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Não precisa Vossa

Excelência se preocupar com isso, porque a minha posição já de outras vezes, nesta Casa, Deputado Algaci Túlio, é de aprovar. O Banco do Estado é um Banco que quer mostrar as suas contas. Ele quer mostrar, para que as contas cheguem aqui de maneira clara...

O Sr. Algaci Túlio - Então Vossa Excelência vai pedir aos seus liderados para que votem favoráveis à aprovação do Pedido de Informações?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Já tivemos ocasiões em que eu estava na Liderança e aprovamos um Requerimento do nobre Deputado Colombino Grassano, se sempre que eu estiver na Liderança, Pedido de Informação do Governo, notadamente do Banco do Estado, nós estaremos aprovando, porque este Governo nada tem a temer. O que nós não concordamos é com estas informações fantasiosas, estes discursos para ganhar notícia na imprensa, que vêm aqui fazer estardalhaço, nós não concordamos. Agora, informações sérias, nós concordamos.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, consultamos o PP se deseja fazer uso do seu Horário.

O SR. NILTON BARBOSA - Usará do Horário destinado ao PP, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra, o Deputado Luiz Henrique Bo-

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Aprovou-se, preliminarmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela manhã, documento da frente ampla em defesa da TELEPAR, que será dirigido a Sua Excelência o Presidente da República, Itamar Franco, como também à Presidência do Tribunal de Contas da União e à Procuradoria da República.

Faço aqui, para a coleta posterior da subscrição e das considerações dos Srs. Parlamentares, nesta Casa, a leitura do documento.

(Lê): "Por dever institucional decorrente da qualidade de Deputados, dirigentes partidários, sindicais e de outras entidades representativas da sociedade paranaense, noticiamos a Vossa Excelência, para as medidas cabíveis, o cometimento, pelo Diretor Presidente da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR e terceiros, de gravíssimos crimes contra a Administração Pública Federal e a economia popular, bem como contra os acionistas em geral e, de modo particular, o Estado do Paraná, acionista minoritário em proporção de ordem de 7 por cento do capital social da Companhia.

Registre-se, de início, que está à frente da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR o mesmo quadro dirigente organizado no Governo Collor, com práticas em tudo idênticas às condenadas pela Nação no Movimento Pró-Impeachment, o que se prova pelos fatos e fundamentos seguintes:

1 - Para a compreensão dos noticiados delitos, tem-se por necessários resgatar fatos pretéritos havidos quando do exercício pelo atual Diretor-Presidente da TELEPAR, Sr. Paulo Roberto Cordeiro, das funções de Diretor Técnico da BANESTADO S.A. Reflorestadora, instituição integrante do Conglomerado Banco do Estado do Paraná S.A..

Do cargo de Diretor Técnico da BANESTADO S.A. Reflorestadora, o Sr. Paulo Cordeiro teve sua demissão decretada nos primeiros meses de governo do hoje Senador da República, José Richa, justamente em face da constatação administrativa de crimes contra o patrimônio público estadual.

2 - Sobre os crimes de gestão do Sr. Paulo Cordeiro, no curto período em que esteve à frente da Diretoria Técnica da BANESTADO S/A Reflorestadora, instaurou-se em 27 de junho de 1983 Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Subscrito pelo Deputado Orlando Pessutti, atual Presidente do Poder Legislativo Estadual, o Relatório da referida CPI restou aprovado em 28 de junho de 1984, nos termos seguintes, mantida a enumeração do

Relator.

1. Funcionários como sócios ou com interesses em empreiteiras que prestam ou prestavam serviços à Reflorestadora.

Existem também informações (fls.270/271) de que o então Diretor Técnico Paulo Roberto Cordeiro, também era proprietário de empresa que prestava serviços à BANESTADO S.A. Reflorestadora, ainda que como subempreiteira, Every-Green, Projetos e Execução de Paisagismo Ltda.

2. Utilização dos serviços de funcionários da Reflorestadora em proveito particular de Diretor.

A respeito ficou constatado que a funcionária Cleuza Cruz, contratada como trabalhadora rural (fls.143) que estava designada para prestar serviços no viveiro permanente (fls.141/142), prestava na realidade serviços como empregada doméstica na casa do então Diretor Técnico Paulo Roberto Cordeiro.

3. Apropriação de bens ou equipamentos pertencentes à Reflorestadora por Diretor.

A denúncia inicial, tida como a mais grave se referia ao fato de ter o Diretor Técnico Paulo Roberto Cordeiro se apropriado indebitamente, de três aparelhos de ar-condicionado, e vendido dois deles, via, inclusive, publicação de anúncio no jornal "Gazeta do Povo".

De fato, ante o contido nos documentos de fls. 117/124/147/148/304/305/421, e, principalmente, os de fls. 423/445, veementes indícios existem que o referido Diretor apropriou-se dos aparelhos de ar-condicionado e vendeu dois deles à firma Gicon-Consultoria e Planejamento S/C Ltda. (recebido de fls. 436).'

Do Relatório de CPI em anexo.

3. Fossem os crimes e ilícitos antes noticiados insuficientes para confirmar a inabilitação moral do Sr. Paulo Roberto Cordeiro para as funções de Diretor Presidente da TELEPAR, nenhuma incerteza remanescerá à vista dos novos crimes que patrocina, agora em escala mais ampla, contra a Administração Pública Federal e a economia popular, inclusive contra os acionistas em geral da Telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR e o próprio Estado do Paraná - acionista minoritário em proporção da ordem de 7 por cento da Companhia.

Afinal, preside hoje o Sr. Paulo Cordeiro a vigésima-quinta maior empresa brasileira, segundo aferição do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, demonstrando-se a seguir que a habitualidade delitiva já revelada pelo referido Senhor na Administração Estadual se projeta nos dias atuais para a Administração Federal.

4. Coordena o Sr. Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, a

implantação de denominado Plano de Atendimento Integral da Demanda (PAID), dentro da sistemática de contratação "Turn-Key de expansão". Segundo ofício da Presidência da TELEPAR, cópia em anexo, o Plano consiste na implantação de 136.906 novos terminais telefônicos, em regiões que especifica e valor global estimado em US\$ 314.490.463, excluídos eventuais aditamentos.

5. De notar, inicialmente, que a TELEPAR comercializou em sua história 717.665 terminais telefônicos e o fez diretamente, sem intervenção ou intermediação de firmas de comercialização, conforme Relatório TELEPAR 1992. Lançando mão de sua própria estrutura e de seus recursos de pessoal, assim foi até o início da gestão Collor de Mello/Paulo Cordeiro.

Antes, entretanto, de tratar do escândalo embutido na nova sistemática de comercialização, incumbe identificar os vícios e fraudes existentes, desde a origem, nos procedimentos licitatórios de concorrência promovidos pela TELEPAR e nos correspondentes contratos relativos ao Plano de Atendimento Integral da Demanda (PAID).

6. Afirma o atual Diretor-Presidente da TELEPAR, no item Planejamento/Engenharia do ofício anteriormente referido e juntado ao presente, que a licitação relativa ao PAID se fez "com base em pré-projeto de referência elaborado pela TELEPAR".

Ora, o Decreto-Lei 2.300/86 e a Lei atual de licitações (8.666/93) coincidem em condicionar os procedimentos licitatórios à formulação prévia pela entidade licitante de projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados na licitação.

Por óbvio, o pré-projeto de referência elaborado pela TELEPAR, a que se refere seu Diretor-Presidente, está distante de tecnicamente exigível projeto básico, não atende ao comando legal e dá causa à nulidade das concorrências e respectivos contratos referentes ao PAID, como dispõe o parágrafo segundo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 2.300/86.

Sim, pois a consequência mais direta da inexistência de projeto básico é tornar impossível a elaboração de orçamento detalhado de qualidades e preços, daí decorrendo incerteza quanto ao próprio objeto da licitação.

O comando de nulidade para o caso de inexistência de projeto básico justifica-se em função de fraudes de toda a ordem ensejadas nestes casos, já que a execução de contratos sem a prévia e necessária instrução técnica resulta em pôr a inteiro critério das firmas contratadas todo o controle que deveria ser da Administração. De fato, se do projeto básico resulta o

próprio orçamento, há o imperativo de declaração administrativa ou judicial de nulidade das concorrências e contratos correspondentes, vez que incerto o objeto licitado.

7. Mas as fraudes remontam à fase de habilitação, intento seguido depois nas fases técnicas e de preços.

As habilitações licitatórias em tela são daquelas com resultados previsíveis, nas quais somente as grandes empresas podem obter êxito, o que é um modo de comprometer, restringir e frustrar a própria competição licitatória. No caso concreto, a prévia configuração do universo de licitantes fez-se possível mediante formação de lotes em quantidade de terminais a que só poderiam habilitar-se grandes empresas, em detrimento de outras pequenas e médias.

8. As burlas nas fases de habilitação e de técnicas assumem nítido significado criminal quando articuladas com os esquemas de superfaturamento na fase de propostas de preços. Acompanhe Vossa Excelência o raciocínio.

Na reportagem de 01.07.1993 do jornal "Folha de S.Paulo", cópia em anexo, anuncia-se que o Governo Federal estaria decidido a não autorizar a assinatura de contratos de gestão com a TELEBRÁS se a estatal não se comprometesse com a redução para custo padrão de US\$ 2.000 por terminal instalado. Na mesma reportagem, a TELEBRÁS, pelo seu titular, afirma que o custo de US\$ 2.000 já teria sido atingido em regiões que já contam com redes de transmissão prontas, como deveria ser o caso do Estado do Paraná.

Outra reportagem, do mesmo periódico, de 01.06.1993, cópia em anexo, ao tratar de contratações da TELESOC, informa custos praticados naquela subsidiária de US\$ 1.700 por terminal.

Em contraste, a própria Presidência da TELEPAR, no item intitulado "PAID-Custo por Terminal", informa em ofício mencionado e juntado que, do total de 136.906 terminais contratados 121.202 terminais contratados o foram a preços superiores a US\$ 2.000. Acima, portanto, do preço de referência da TELEBRÁS e do Ministério do Planejamento, como também da vizinha subsidiária TELESOC.

O lote rubricado Pacote Violeta registra preço unitário de US\$ 2.660 por terminal instalado, estranhamente o lote referente ao maior número de implantações, exatos 52.251 terminais, ou o equivalente a 38,16 por cento do global licitado.

Ainda sobre o indigitado Pacote Violeta, note-se que o preço unitário contratado é US\$ 132, superior ao estimado pela TELEPAR, resultando em desvio a maior equivalente a US\$ 6.902.132. Enquanto a TELEPAR estimava o custo unitário em

US\$ 2.528, ao final firmou-se contrato a custo unitário de US\$ 2.660 por terminal instalado.

A investigação poderia alcançar todos os demais lotes, com resultados assemelhados, sempre em prejuízo dos interesses da coletividade. Neste ponto, a decomposição dos preços estimados pela TELEPAR certamente faria revelar que o superfaturamento reside não apenas em exceder-se o contrato aos seus preços, mas também na própria conformação aos seus preços.

E tudo isto sem dizer dos usuais aditamentos contratuais em decorrência de serviços extraordinários, revisão de quantidades, alteração de especificações e projetos, reequilíbrio econômico-financeiro, entre outros mecanismos de alteração dos contratos, à larga praticados na gestão da atual Diretoria da TELEPAR.

9. Outra evidência de fraude consiste na assunção pela TELEPAR da manutenção da planta instalada, logo após sua instalação pelas firmas empreendedoras e aceitação pela estatal, como admitido no item "Processo de Parceria", do ofício da Presidência da TELEPAR.

Ora, é evidente que a manutenção da planta instalada deveria incumbir à contratada empreendedora, por prazo nunca inferior a um ano, sob pena de fatalmente a TELEPAR e seus usuários terem de suportar o ônus de defeitos e vícios de implantação, confundindo-os com os serviços de manutenção.

Todavia, entram aí negócios de outra ordem, agora relativos aos serviços de manutenção contratados junto ao setor privado, que certamente merecerão análise mais detida de auditoria na empresa.

10. Composto de modo ainda mais grave é alarmante o cenário de escândalo e corrupção nos indigitados negócios, a Diretoria da TELEPAR resolveu contratualmente cobrir com recursos da própria empresa a diferença entre o valor de US\$ 1.200 admitidos pelo Governo Federal por terminal e os custos de implantação contratados pela TELEPAR com as firmas empreendedoras.

Por este mecanismo, a TELEPAR obriga-se a alocar ao setor privado, a título de subsídios, US\$ 170.203.263, excluídos os aditamentos.

Além disso, a Diretoria da TELEPAR eliminou os riscos empresariais do negócio, comprometendo-se a proceder a compra de todos os terminais eventualmente não comercializados pelas firmas ditas empreendedoras. A absurda lógica em que se baseia este procedimento reside em admitir que as firmas tiveram adjudicados os lotes em sua integralidade, independentemente de sua comercialização. Há, portanto, um contrato sem absolutamente nenhum risco para os valentes empreendedores, o que fez sub-

verter toda a base em que se funda a relação obrigacional em nosso sistema jurídico.

11. A engenhosidade delitativa extrema-se na etapa seguinte do negócio, cuja finalidade última parece estar no comissionamento de todas as facilidades ao setor privado antes noticiadas. Diz-se agora da comercialização dos terminais telefônicos.

No item "Aspecto Comercial do Projeto", o Diretor-Presidente da TELEPAR encarga-se em seu citado ofício de desvendar natureza da sistemática de comercialização. Declara, com todas as letras, que a Telépar oferece à firma comercializadora "incentivo para a criação de linhas de financiamento junto aos órgãos governamentais" e que permite se caracterize "a participação da TELEPAR no processo, vinculando o nome da empresa à expansão contratada junto ao empreendedor, de modo a dar credibilidade ao processo de comercialização".

Ainda sobre a mesma questão, no item "Comercialização dos Terminais", o Diretor-Presidente da TELEPAR defende-se das suspeitas generalizadas que pesam sobre o negócio afirmando que "a Phonesul é uma empresa privada, constituída pelos empreendedores, sem qualquer vínculo ou contrato com a TELEPAR, com o objetivo de centralizar as vendas, evitando que cada grupo empreendedor tenha que criar isoladamente sua estrutura de comercialização".

12. Os termos do ofício em tela explicam-se por si mesmos, bastando acrescentar as considerações adiante:

12.1. Tudo o que o Diretor-Presidente da TELEPAR formalmente transfere para a firma de comercialização, Phonesul, subcontratada dos ditos empreendedores, a própria TELEPAR já possui, tais como linhas de financiamento junto aos órgãos governamentais, credibilidade para a comercialização, estrutura para centralização das vendas, além do próprio nome TELEPAR. A transferência destas condições à firma Phonesul constitui ato de flagrante improbidade administrativa.

12.2. A natureza escusa dos negócios da firma Phonesul tem impedido o acesso pelos consumidores paranaenses a linhas de financiamentos, sendo o Banco Itaú a única instituição com linha de crédito aberta, já que outros estabelecimentos, a exemplo do Banco do Estado do Paraná, rejeitaram o ingresso na arriscadíssima e fraudulenta aventura.

12.3. A firma Phonesul não possui nenhuma tradição no setor, registra capital social ínfimo em relação ao montante das operações pretendidas e, à evidência, foi engendrada com a especial finalidade de assegurar o comissionamento do próprio Diretor-Presidente da TELEPAR, Sr. Paulo

Cordeiro.

12.4. A prova da criminoso relação entre o Diretor-Presidente da TELEPAR, Paulo Cordeiro, e a firma Phonesul está não apenas na estreita conexão negocial que o ata ao empresário Mauro Fregonese, sócio-proprietário da Phonesul, mas, sobretudo, no insólido fato de oito empresas distintas (Promon, Equitel, Furukawa, Inepar, Alcatel, STC, OAS e Socofer) decidirem, a um só tempo, pela subcontratação de uma mesma firma, a Phonesul, a despeito de seu fragilíssimo perfil comercial acima desenhado.

As referidas firmas empreendedoras formam quatro grupos operacionais distintos, devendo inquirir-se que mãos invisíveis conseguiram produzir tão impressionante convergência de decisão gerencial. E logo em favor de novíssima pessoa jurídica, a Phonesul, que justamente reúne as conexões pessoais do Diretor-Presidente da estatal contratante.

13. A firma Phonesul recebe das empreendedoras comissão equivalente a 5 por cento do valor de venda de cada um dos 136.906 terminais programados para implantação.

Incidindo a comissão sobre o valor de venda dos terminais, tem-se que à Phonesul incumbe no negócio o valor equivalente a US\$ 8.214.000.

Trata-se, enfim, de um negócio que envergonha a República e o Paraná, e na quantia calculada subtrai aos esforços da economia popular, tudo função de operação triangular de que é artífice e beneficiário o Sr. Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, como restou demonstrado em face de suas próprias declarações e da leitura articulada dos fatos.

14. Além dos grandes negócios, como é o caso do PAID, há também os pequenos negócios. É o caso, por exemplo, da compra de automóveis.

Em 1992, o jornal "Gazeta Mercantil" noticiou a venda à TELEPAR pela firma Gaia Veículos Ltda. de 22 automóveis Samara e 5 Niva (Cópia em anexo).

Nenhuma particularidade haveria não detivesse o Sr. Paulo Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, através da firma Pegasus Assessoria de Comercialização e Marketing S/C Ltda., o controle de 34 por cento do capital social da firma Gaia Veículos Ltda, conforme se depreende do contrato social em anexo, da qual também é sócio o Deputado Federal Luciano Pizzatto.

Casos como este são descritos e vêm repetidos à larga na anexa documentação, em prova inequívoca da absoluta improbidade administrativa do Sr. Paulo Cordeiro e de seu impedimento para funções públicas de qualquer natureza.

15. Os documentos em anexo fornecem

novos roteiros de investigação dos crimes de gestão do Diretor-Presidente da TELEPAR.

As notícias documentais juntadas vão desde a apropriação de verbas arrecadadas pela TELEPAR em favor da Sociedade Paranaense de Combate ao Câncer até a superavaliação de imóveis adquiridos pela TELEPAR, contas-fantasma, fraudes generalizadas a licitações e execuções contratuais, ameaças, perseguições e violências contra cidadãos e funcionários que denunciaram o autêntico sindicato do crime instalado na cúpula da TELEPAR.

Dentre os casos de perseguições e violências destinadas a acobertar crimes, há as promovidas contra o Engenheiro de Telecomunicações Armando Ogata, demitido no dia 20 do corrente mês, após obter gravação de diálogo com o Sr. Geraldo Braga, ex-assessor do Deputado Federal Luciano Pizzatto, onde são relatados os mecanismos de obtenção de comissões junto a empresas contratadas pela TELEPAR no interesse do referido Parlamentar (através da firma Poliplan, de sua propriedade, recentemente incendiada em circunstâncias por tudo suspeitas), de Diretores da TELEPAR e de terceiros captadores.

Há, ainda, dentre os casos, as perseguições e violências contra o Engenheiro Civil Hugo Barbosa Bernardes, que por ter emitido opinião técnica pela desnecessidade de substituição dos "brises" (ou "Brise-soleil") do Palácio das Comunicações, edifício-sede da TELEPAR, sofreu, em represália, demissão, teve sua casa invadida e seu carro arrombado por diversas vezes. A retaliação movida pela Diretoria da TELEPAR contra o Engenheiro Bernardes explica-se: a obra de substituição dos "brises" foi intentada para permitir a contratação direta do Arquiteto Lubomir Ficinski Dunin, sogro do Deputado Federal Luciano Pizzatto, a custo estimado em US\$ 200.000, sob o fundamento de inexigência de licitação por ter sido o Arquiteto contratado autor do Projeto original do edifício.

Além de clara configuração de locupletamento na fase de projetos, a substituição dos "brises" levou-se a termo a custo estimado superior a US\$ 1.500.000, obra não apenas desnecessária como também fraudulentamente licitada através de instrução técnica de que constaram especificações vinculantes de materiais com a óbvia finalidade de limitar o universo de fornecedores.

16. O enriquecimento ilícito do Diretor-Presidente da TELEPAR demonstra-se, pública e notoriamente, por inúmeros sinais exteriores de riqueza, como a montagem de comércio de veículos importados, a aquisição de apartamento com área de 1.000

metros quadrados em bairro nobre da Capital do Estado, distribuição de ambulâncias a prefeituras com fundos ditos pessoais, sociedades em negócios diversos, veiculação ampla da existência de expressivos fundos financeiros destinados à ação eleitoral, entre outros facilmente constatáveis e apuráveis.

Por tudo o que se traz hoje à luz há evidente enriquecimento sem causa do Diretor-Presidente da TELEPAR, incompatível com a sua renda, como os bens da família de que descende ou os de sua esposa. Todos sabem, nos meios sociais e políticos, esforça-se agora o Diretor-Presidente da TELEPAR em dar lastro ao seu patrimônio e também em diluí-lo no nome de familiares e relacionados.

O cenário de escândalo não poderia ser mais claro, tudo em detrimento da República e das bases éticas da Cidadania.

17. Em relação aos fatos noticiados, há inquérito criminal no 1º Distrito Policial da Capital do Estado do Paraná, inquérito civil na Procuradoria da República Paraná e processo de sindicância no Ministério das Comunicações.

Entretanto, a situação requer medidas ainda mais prontas e céleres, a fim de fazer deter a máquina de fraudes, subornos e desmandos instalada no âmbito da Diretoria da TELEPAR.

Não bastasse o relatado, patrocina também o Sr. Paulo Cordeiro, através da Phonesul, monstruoso esquema de cooptação de políticos e órgãos de comunicação social.

Por meio de mesuras políticas e publicações massivas a custos incalculáveis, tenta a Diretoria da TELEPAR sufocar o peso das denúncias ora formuladas.

Diante das acusações mais sérias, busca o Sr. Paulo Cordeiro a composição negociada. Tergiversa de todos os modos, mente descaradamente sobre sua própria identidade (chegou a afirmar em anexa declaração escrita que os crimes a ele imputados se referiam a homônimo, ao desplante de admitir que, se verdadeiras as acusações, estariam comprometidas severamente as instituições públicas brasileiras "ao colocar e manter num cargo da importância da Presidência da TELEPAR uma pessoa com tal vida pregressa"). Não responde aos pedidos de informações da Assembléia Legislativa, limitando-se a pretexto maior a acionária da União. Encena representação junto à Polícia Federal por suposta tentativa de chantagem (contentando-se logo a seguir em compor com quem o teria chantageado).

Por estas e outras, enlameia a Administração Federal no Estado, conforme se extrai dos elementos de prova em anexo.

Dar paradeiro a tudo isto, constitui hoje clamor público no Paraná.

Em face dos crimes noticiados e das provas juntadas à presente representação, requer-se de Vossa Excelência:

A. o imediato afastamento de todos os Diretores da Telepar;

B. a realização de ampla auditoria administrativa, contábil, técnico-engenheiral e financeira na TELEPAR;

C. a suspensão de todas as licitações e contratos em curso na TELEPAR, em especial os relativos ao "Plano de Atendimento Integral à Demanda (PAID)".

Na expectativa urgentes medidas, protestamos consideração."

A presente documentação, anexa à representação que li agora, será encaminhada a todos os Parlamentares Estaduais, Federais, Senadores da República, Ministros de Estado, como também à Procuradoria da República.

Requer-se também o seqüestro de bens dos diretores da Companhia de Telecomunicações do Paraná. Tantos quantos bastem para cobrir e fazer guarnecer e devolver à economia popular o montante ilicitamente auferido.

Como também se requer a responsabilização civil e criminal dos agentes.

Por último requer-se, com base nas notícias de ameaças e violências praticadas contra testemunhas dos crimes, requer-se também a prisão preventiva do Diretor-Presidente da Telecomunicações do Paraná."

É a comunicação para apreciação do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela ordem.

Gostaria de consultar a Mesa, o PTB não usou e nem cedeu o Horário de Lideranças e eu faria uso deste horário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente anotado pelo Deputado Hermas Brandão que nos precedeu na Presidência. O Horário do PTB está disponível para ser utilizado pelo Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso-me estarecido pelo que vejo aqui na data de hoje. Vi o Deputado Oswaldo Trevisan, um homem tranqüilo, calmo, totalmente fora de si, chegando ao ponto de ir à ofensa contra o Parlamentar Luiz Carlos Martins. Acredito que as denúncias levantadas pelo Deputado Luiz Carlos Martins devem ser apuradas, como também a defesa feita pelo Deputado Oswaldo Trevisan.

Vi também o Deputado Luiz Henrique Bona Turra levar à frente as suas denúncias contra a TELEPAR e contra a Phonesul...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Só um aparte?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Deixa eu concluir.

O Sr. Oswaldo Trevisan - V. Exa. não me mete medo.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Não coloco medo em ninguém. Contra os intolerantes não existe argumento. Quero dizer o seguinte, vejam bem, temos uma denúncia muito grave na questão da TELEPAR que deve ser apurada. Amanhã todos os Srs. Deputados estarão - espero eu - na TELEPAR, para sabermos o outro lado da história.

Quanto à Phonesul, no dia da passagem do Deputado Luiz Carlos Alborghetti ao PTB, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra fez denúncias infundadas e mal colocadas quanto à Diretoria da Phonesul. Essa mesma Phonesul colocou à disposição da Assembleia Legislativa as cartas na mesa e espera que os Deputados vão até a sua empresa para verificar e ver se existe alguma coisa ilícito nas negociações. Essa mesma Phonesul que foi prejudicada politicamente pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra numa questão de financiamento do BANESTADO aos telefones, inclusive, o BANESTADO financia tudo, menos telefone.

E é a primeira vez que eu vejo o BANESTADO ser prejudicado na questão de lucro líquido e certo que teria em mais de 50 mil dólares para essa transação. Essa mesma Phonesul que tinha através de toda diretoria, e aqui eu faço um desafio. Toda diretoria do BANESTADO tecnicamente havia aprovado. Mas graças a interferência do Sr. Bona Turra essa negociação não saiu. Se for para esclarecer alguma dúvida que ela venha aos olhos da população paranaense.

Gostaria de dizer também ao Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra que naquele dia que eu não estava presente ele atacou a figura do meu primo Mauro Fregonese chamando-o de corrupto, de desonesto e de negócios escusos.

Faço um desafio ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra, vamos nós dois, e me proponho a isenção das minhas prerrogativas parlamentares, para tudo aquilo que eu falei contra o Governo do Estado, se eu falei alguma coisa eu quero ser processado. E abro uma prerrogativa aqui da minha condição de Parlamentar, espero também que o Senhor abra a sua se o Senhor não conseguir provar nada das acusações levianas que o Senhor faz desse Plenário. E gostaria também de dizer que se o diretor presidente da Phonesul tem por sogro o Senhor Aib Tamis que tem um problema que é a mesma questão daquela mãe que não sabe, quando ela gera um filho, se ele vai ter cará-

ter ou não.

Por isso eu gostaria que todas essas dúvidas fossem bem esclarecidas. Que a questão da TELEPAR fosse esclarecida e que a questão do BANESTADO fosse bem esclarecida para que o Paraná e para que a Assembleia Legislativa tenha tranquilidade, tenha decência de fazer o seu prognóstico e fazer a sua avaliação, porque é inaceitável que pessoas venham denegrir a imagem e a honra de pessoas que estão trabalhando em prol do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz H. Bona Turra (Aparte) - Deputado Lourenço Fregonese, eu devo dizer a V.Exa. que me move o interesse público e nenhum caso de interesse pessoal.

Essa é uma preliminar indispensável e que visa fazer resguardar a posição da família de V.Exa.. Tenho em relação a V.Exa. o maior respeito, maior consideração e entendendo que a atividade empresarial que desenvolve o Sr. Mauro Fregonese pode e deve contribuir na função dos interesses públicos.

Entendo que especificamente, em ramo, de que nunca participou, o ramo da telefonia o ingresso e criação da firma Phonesul para além dos interesses da própria empresa e do Sistema Jurídico Brasileiro, objetivo lucro, tem como base aí o fundamento das nossas denúncias em conluio entre a empresa engendrada artificialmente para compor e centralizar todas as comercializações, uma engenhosidade que advém da inteligência diabólica do Senhor Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Estado do Paraná.

V.Exa. afirmou que ao Banco do Estado do Paraná, e tivesse apenas conseguido abortar essa operação, creio já teria, em grande parte, conseguido cumprir a minha missão nessa Assembleia. Ao Banco do Estado do Paraná incumbira no negócio valores na ordem de 50 mil dólares.

No entanto, trago à consideração dos Senhores Deputados que a Phonesul incumbirá nesse negócio utilizando-se de toda estrutura da Telecomunicações do Paraná - TELEPAR S/A, valores superiores a 8 milhões de dólares. E o Banco do Estado do Paraná ingressaria nessa arriscadíssima e fraudulenta operação de intermediação e interveniência na comercialização que sempre fez a TELEPAR em mais de 700 mil terminais telefônicos, ingressaria com riscos a sua imagem e com riscos aos seus interesses ao custo módico de 50 mil dólares, colocando toda a sua estrutura a serviço da comercialização de terminais telefônicos.

Então concluo dizendo a V.Exa., Deputado Fregonese, que as principais questões que levantamos são, todas elas, de nature-

za pública e visam resguardar os interesses da comunidade e da sociedade paranaense que se sentem afrontados e fundamentalmente atingidos pelo modo como vêm a Direção da TELEPAR conduzindo os negócios de telecomunicações no Estado.

Este é o motor da frente ampla em defesa da TELEPAR. E estou certo que os dias do Senhor Presidente à frente das Telecomunicações do Paraná, Paulo Cordeiro, são dias contados. Porque eu acredito que a Presidência da República declarará o seu impedimento para lá continuar. Mas ainda que assim não se opere, com certeza nós teremos a declaração de impedimento desse senhor para o exercício das funções de Presidente da TELEPAR, pela Justiça Federal, através da Procuradoria da República atuante no Estado. Seja por meio administrativo, seja por meio judicial, certamente, Deputado Lourenço Fregonese, haverá o impedimento da Diretoria da TELEPAR e a TELEPAR será, finalmente, retornada e resgatada ao Paraná e aos paranaenses que é o que nos move nesta luta.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Gostaria de dizer ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra que competência, inteligência, graças a Deus, devem imperar na cabeça dos empresários de bem neste Brasil.

Se a empresa não tinha tradição passará a ter, como conheço aqui, inúmeros Deputados, que trabalham com vários ramos de negócio. E gostaria de dizer ao Deputado Bona Turra que se, por acaso, nada for comprovado contra a presidência da TELEPAR, nada for comprovado contra as empresas ora, acusadas, eu espero que o Senhor tenha a hombridade de renunciar o seu mandato por levantar acusações levianas e infundadas que fizeram muito mal e estão fazendo muito mal à sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças com a palavra o Bloco Parlamentar Independente, que concede seu horário ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de ouvir-se tantos discursos a respeito da "bonança" que paira sobre o BANESTADO e sobre a TELEPAR, recebi ainda esses dias em meu gabinete e isto aqui quero deixar arquivado na Casa, porque nós já temos cobrado por diversas vezes, a realidade a nível de funcionário público. A miséria em que vive e o Governo do Estado propõe uma reposição das perdas salariais em 3 parcelas. Quero deixar registrado aqui, nesta Casa, o cheque, cheque de número 2001090 - do BANESTADO, cujo

BANESTADO hoje está cobrando - por folha - de 100 a 150 cruzeiros o salário de uma parcela de reposição no mês de julho de 93, do Professor Emerson Peter Ortega Perez, isto por 15 aulas, o valor - 7 cruzeiros reais novecentos e dezenove centavos. Sete cruzeiros reais, este é o valor do salário de reposição ao Professor mais bem pago do Paraná conforme projeta o Governo Roberto Requião.

Tenho aqui em minhas mãos, novamente, porque a imprensa há poucos dias, jogava em matéria paga pelo dinheiro do povo, que o salário mínimo de um professor em início de carreira - há dois meses, era de mais de 13 mil cruzeiros. Recebo o contracheque do mês de julho da Professora Silvia Maria Pereira, que não está escondendo a verdade, no mês de julho, isto, incluindo a regência de classe, abono e repouso, líquido: 7 mil 816 cruzeiros e alguns centavos. Isso para se comprovar o professor mais bem pago do Paraná.

Também estou registrando aqui a reposição do salário daquela parcela de complementação, no mês de agosto, um professor em final de carreira, após 30 anos de serviço, seu valor: 3 mil 294 cruzeiros e 15 centavos. E o salário desse mesmo professor, com 31 anos de carreira, incluindo salário família, adicional, regência de classe, período noturno, abono provisório e o adicional, o valor líquido do salário desse professor no mês de julho, por 40 horas semanais é: 45 mil 991 cruzeiros reais e 40 centavos.

Esse é o salário, é a realidade que vive o professor da rede pública do Paraná.

E a demagogia se faz pela televisão. E a demagogia se vende nos quatro cantos do Paraná porque com certeza quem está pagando essa demagogia é o dinheiro do funcionário público.

E se fala tanto nesta Casa a respeito de transparência, e nos últimos meses e temos certeza que a coisa há de se repetir até as eleições, o alvo desta Casa tem sido a Prefeitura de Curitiba, a Prefeitura do PDT. Nós apresentamos à Casa, após engavetamento de mais de um ano, também um projeto de lei estabelecendo critérios para solicitação de autorização para o Governador e o vice-Governador se ausentarem do País por mais de 15 dias em viagem ao exterior.

E, naquela oportunidade, o nobre Líder do Governo nos consultava a respeito da possibilidade de uma emenda para 30 dias, e nós não nos opúnhamos porque achávamos que esta emenda contemplaria o trabalho a nível de Governo do Paraná.

O que diz o nosso Projeto, no seu artigo 3º? Está-se falando muito em transparência. Está-se falando muito que faltou a

transparência na Prefeitura de Curitiba, que falta isto, falta aquilo!...

O que é que o nosso Projeto estabelece?

"A Mensagem deverá informar países e localidades a serem visitados. O período de duração da viagem. O período de estada em cada País e localidade. Objetivo da visita em cada País e localidade. Número de registro geral. Cargo e função pública exercida pelos integrantes da comitiva. Função de cada integrante da comitiva detentor de cargo em função pública durante a viagem. Relação dos integrantes da comitiva que não detêm cargo ou função pública indicando os motivos e objetivos de sua inserção no grupo. Previsão discriminada dos integrantes da comitiva de gastos do dinheiro público, incluindo o Governador e o vice-Governador e integrantes que não detêm cargos ou função pública, destacando os gastos com passagens, estadas, diárias e ajuda de custo. Indicação da fonte orçamentária de tais gastos".

Estes são um dos pontos que queremos destacar em nosso projeto.

E para nossa surpresa, ontem, na programação do "Jornal da Noite", na TV Manchete, o Governador Roberto Requião que tem constantemente atacado o Poder Legislativo, mais uma vez, ontem, voltava as suas baterias a este Poder Legislativo cobrando de nós, Deputados, a transparência dos nossos atos. Dizia o Governador, na oportunidade da entrevista de ontem: "O Paulinho Maia devia propor à Assembléia Legislativa projeto de lei que fizesse com que os Deputados apresentassem notas das verbas de assistência, de ressarcimento".

Nós queremos, aqui, responder ao Robertinho Requião, que o Deputado Paulo Maia, assim como S.Exa. o Governador do Estado do Paraná, foi Deputado, aqui, quando já existia a verba de assistência social. E nós questionamos o que foi que fez naquela época o Governador Roberto Requião para mudar esta realidade vivida hoje e há dezenas de anos, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná? Achou ele a varinha do milagre, agora, estando no Palácio Iguazu?

Dizia, naquela oportunidade, que devíamos explicar os empréstimos do BAMERINDUS a 10% e o mesmo Banco, pagando a este empréstimo, 40%. E a nossa posição, aqui, é bastante clara. Não sabemos das mágoas, não sabemos das dores de cotovelos que há entre o Governador do Paraná e o Senhor José Eduardo Vieira. Se há mágoa entre eles, que eles procurem resolver a mágoa existente entre ambos. E não procurem envolver a Assembléia do Paraná ou o Deputado Paulo Maia neste processo.

Se o Senhor José Eduardo acha que seu Banco deve dar dinheiro a 10%, a 1% ou de

forma que melhor lhe convenha, isto é uma decisão do Senhor José Eduardo. É competência dele. Ele não está administrando a coisa pública. E se o Governador se dirige a ele, talvez esteja com dor de cotovelo. Por quê? Porque o homem é dono de um banco, atinge ao Banco. Fale com ele. É uma entidade privada, que com certeza tem dado grandes empregos ao Paraná. E nós vemos que aqui na Assembléia Legislativa, muitos Deputados que não são da Oposição, quase todos os Deputados desta Casa, são clientes deste BAMERINDUS que o Governador procura atacar.

Então, que o Governador pergunte ao dono do BAMERINDUS por que ele fez isto ou por que ele dá dinheiro seu a instituições ou outras pessoas. Que não procure envolver a Assembléia Legislativa nas faltas de informações que ele tem negado a esta Casa, como Requerimento que ficou registrado para a história, feito aqui pelo Deputado Mário Bezerra, quando pedia a comprovação de licitações. Aqui, se derrubou este Requerimento, quando se pedia uma CPI.

Então, nós vemos freqüentemente a farça do discurso e a posição contrária das ações. Nós queremos deixar bem claro de que o nosso Projeto de Lei, espero ver aprovado nesta Casa, a exemplo do que ocorreu ontem, porque nós não podemos apenas ficar pedindo democracia na casa do vizinho e na nossa casa esta democracia nos incomoda. Será esta democracia que cobra o Governo Requião? Será esta a democracia da transparência? Por que aqui nós poderíamos, também, estar diariamente ocupando as tribunas da Casa para saber ou procurar saber quem está custeando as viagens do Governador, freqüentemente, ao Pantanal. Poderíamos estar aqui, freqüentemente, cobrando do Senhor Governador quem está pagando suas viagens para suas campanhas de lazer no litoral paranaense. Mas, eu tenho certeza que não é esta, apenas, a nossa função.

Quando nós apresentamos este Projeto que incomoda o Governador, que passa a membros de seu Partido, que não podem votar um Projeto dessa natureza porque o Governador não pode ficar se preocupando em prestar conta de cafezinho e outras coisas nesse sentido. É este o Governo da transparência, ou o Paraná vive a ilusão da transparência? Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós vamos continuar insistindo na miséria salarial dos servidores públicos desse Estado, não só os professores, mas os funcionários desta Casa, mais uma vez eu volto a citar os funcionários, que hoje nós conversávamos na reunião de Liderança e respeito dos seus casos e o Presidente nos prometia que dentre em breve teria uma saída solucionável para esses salários.

Nós esperamos que de fato esta Casa que representa os anseios do povo traga a todos, independente de Partidos, porque quem nos elegeu para estarmos aqui foi o povo, que muitas vezes quando os Projetos vêm à Casa nós temos medo de aprová-los porque isso contraria os anseios do Governo do Paraná como se fosse o Governador do Paraná quem nos tivesse eleito para sermos Deputados aqui na Casa. Então, esses fatos ficaram registrados, fez-se o discurso, faz-se o comício com medo de perder o Governo.

Até hoje, eu creio que aí até é uma falha das próprias oposições, não questionarem os gastos deste comício, essas propagandas exageradas foram pagas por quem? Será que foram pagas pelo Governador Roberto Requião, será que foram pagas pelos Deputados que dão sustentação? Por que foram pagas essas despesas dos grandes comícios realizados em cada canto do Estado do Paraná na tentativa de mobilizar a sociedade paranaense para que a justiça eleitoral revisse a cassação do Governador Roberto Requião?

E a oposição tem sido complacente, a oposição tem feito um trabalho pelo Paraná, a oposição tem sido coerente; mas o momento em que vemos mais uma vez esta Casa sendo atacada por este que está atacando sempre, por este que não teve coragem de deixar incluído na política de isonomia os Deputados, não teve coragem porque pressionado enviou nova Mensagem à Assembleia Legislativa, com certeza não tem moral também por aqui ter passado como Deputado e não ter questionado o que hoje quer questionar como desmoralizante dentro do Poder Legislativo.

Volto a frisar: tinha verba de assistência social. E gostaria de deixar registrado para finalizar a seguinte indagação: que a Casa apresentasse no período em que aqui esteve o Governador Roberto Requião, quais foram as notas, quais foram os documentos que ele apresentou em termos de verbas recebidas? Porque se há falcatura e pilantragem, com certeza nessa gestão nós não estamos vendo. Se está havendo falcatura e pilantragem e se ele sabe das falcaturas e pilantragens com certeza ele deveria trazê-las a público, não só da Assembleia Legislativa, mas também do Governo do Estado, do Poder Executivo que não é essa ilha de transparência como tenta passar ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente, passaremos à Ordem do Dia.

Antes, porém, o Deputado Alceu Swarowski registra a presença do industrial Antônio Roesler e sua esposa, do Município de Antônio Olinto.

Do Deputado Geraldo Cartário a presença do Prefeito João Maria Claudino, de Tijucas do Sul, e dos Vereadores também daquele município; Miguel Pereira, Nelson Alves de Souza, Florisvaldo Santos, Loredes Bogo, José A. Machado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para registrar também a presença do Vereador Valdeci Costa, do Município de Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei nº 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 028/93 e 033/93, constantes da Ordem da Dia, da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

Esta Presidência informa que, em fun-

ção do Requerimento aprovado, iremos apreciar primeiramente o item n° 1, da pauta e, posteriormente, em bloco, o item n° 2 e n° 3.

Realizaremos portanto, duas votações.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 024/93, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 226/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal "GA-124" que liga os distritos de Palmeirinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT n° 136/93

Curitiba, 13 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 100/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 226/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal denominada GA-124, no município de Guarapuava, ligando os distritos que especifica, com extensão de 70 quilômetros.

O Projeto de Lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado
em exercício

(O Projeto de Lei n° 226/91, encontra-se publicado no D.A. n° 66/91, de 06.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 024/93

P A R E C E R:

A Proposição Veto em exame, de autoria do Poder Executivo, manifestada através do Ofício DTL/SAT n° 136/93, objetiva vetar ao Projeto de Lei n° 226/91, de autoria do nobre Senhor Deputado Cezar Silvestri, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada "GA-124" que liga os Distritos de Palmeirinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste.

Procedida a análise, constatamos o cumprimento de todos os prazos constitucionalmente estabelecidos.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça é de PARECER FAVORÁVEL à apreciação da Proposição Veto em epígrafe pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

Esta Presidência informa que para a rejeição do veto e conseqüentemente aprovação do projeto são necessários vinte e oito votos "NÃO".

Solicito ao nobre 1° Secretário desta Sessão a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Votando "SIM" mantém o Veto.

Votando "NÃO", derruba o Veto.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Nelson Justus) -
Procede chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Após a chamada nominal, para votação.

Esta Presidência designa uma comissão formada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão, Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti, para contagem dos votos. Para funcionar como fiscais da apuração os Deputados Neivo Beraldin e Cleiton Kielse.

O SR. NEREU ALVES DE MOURA - (Pela Ordem)

Enquanto os companheiros fazem a escrutinação dos votos, gostaria de convidar todos os Deputados desta Assembléia para sexta-feira à noite, às 20:00 horas, na Associação Comercial de Cascavel, participar da grande festa que o Oeste do Paraná vai fazer ao nosso vice-Governador Mário Pereira, quando será outorgado com o título de Cidadão Honorário do Oeste do Paraná.

Aproveito para convidar todos os Deputados desta Assembléia, sobretudo aqueles que admiram a grande liderança do nosso vice-Governador e Secretário dos Transportes Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado o convite.

Votaram 44 Deputados. 25 pela manuten-

ção do veto e 19 pela rejeição.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 028/93 veto parcial ao Projeto de Lei n° 289/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado que autoriza o Poder Judiciário a conceder, mediante Decreto Judiciário do mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos dos seus servidores, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DTL/SAT n° 147/93

Curitiba, 14 de julho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 190/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 289/93, por julgar as partes vetadas, inconstitucionais e contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, no mês de julho de 1993, os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições contidas no art. 1° e em seu parágrafo único.

A negativa de sanção aos mencionados dispositivos decorre de manifestação da Secretaria de Estado da Administração que, analisando a matéria, asseverou:

"Autoriza o Poder Judiciário a promover ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais.

O ajuste a ser efetuado nas tabelas de vencimentos dos servidores do Poder Executivo busca dar cumprimento ao art. 39, § 1° da Constituição Federal e art. 33, § 2° da Constituição Estadual que asseguram aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Os ajustes dos vencimentos dos servidores do Poder Executivo permitirão que se atinjam os patamares salariais praticados pelos demais Poderes.

Ao se conceder ajustes aos servidores desses outros Poderes, nos mesmos parâmetros adotados pelo Poder Executivo, estar-

Curitiba, terça, em 24.08.93

-se-á mantendo as diferenças atualmente existentes.

Somente após efetuados esses ajustes é que se poderá, então, adotar uma política de correção de salários de forma igualitária.

Por todo exposto, entendemos que o art. 1° e seu parágrafo único do Projeto de Lei n° 289/93, deve ser vetado, por inconstitucional."

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 28/93

P A R E C E R:

A presente Proposição Veta o Projeto de Lei n° 289/93, que dispõe sobre a autorização ao Poder Judiciário a conceder, mediante decreto judiciário, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos dos seus servidores, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 147/93.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 033/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Barbosa Ferraz. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DTL/SAT n° 183/93

Curitiba, 22 de julho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 125/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 115/93, por julgá-lo inconstitucional em

razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Campo Mourão ao município de Barbosa Ferraz.

O Projeto de Lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Proj. encontra-se publicado no D.A. n° 28/93, de 06.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 33/93

VETO INTEGRAL APOSTO AO

PROJETO DE LEI N° 115/93

Procedendo a devida apreciação no âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, do Veto Integral, aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 115/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Campo Mourão ao Município de Barbosa Ferraz, por julgá-lo inconstitucional, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", que fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

O veto governamental deu-se com a observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário desta Casa de Leis, manifestar-se sobre o mérito da questão, julgando a matéria, tendo em vista que o Projeto de Lei n° 115/93, é de cunho autorizatório.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Lembrando mais uma vez aos Senhores Deputados que para a rejeição do veto e

consequentemente aprovação do projeto, serão necessários 29 votos não. Os que forem favoráveis à manutenção dos vetos deverão utilizar a cédula SIM.

1° SECRETÁRIO (Nelson Justus) - (procede a votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Toti Colaço e Hermas Brandão para os procedimentos de contagem de voto.

A Mesa anuncia o resultado da votação. Trinta e nove (39) presentes à urna. Pela manutenção do veto, sim, 21 votos; pela rejeição do veto, não, 16 votos; em branco 02 votos. **Estão mantidos os vetos.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 106/92, de autoria do Deputado Paulo Maia, que estabelece critérios para solicitação de autorização para Governador ou vice-Governador se ausentarem do País por mais de 15 dias de viagem ao exterior Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. **Rejeitado.**

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Eu peço verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia solicita verificação de votação. Solicito aos Senhores Deputados que assentem-se aos seus lugares.

Deputados que forem favoráveis ao Projeto queiram levantar-se.

Doze Senhores Deputados votam favoravelmente. Os que forem contrários queiram levantar-se.

Vinte e um rejeitam.

Está Rejeitado o Projeto.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Em nome da transparência do Governo Roberto Requião, rejeitado.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta de 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades filantrópicas e de assistência social. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registra-se o voto contrário do PT.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 348/92, de autoria do Deputado Nel-

son Justus, que define requisitos básicos para a regulamentação do Disposto no Parágrafo Único, do artigo 12, da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido Projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
DE N°348/92

Art. Único - Suprima-se a expressão "e à Assembléia Legislativa", constante no texto do art. 2° do Projeto de Lei Complementar n° 348/92.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Toti Colaço, Oswaldo Trevisan, Duílio Genari, Severino Félix, Eurides Moura, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Na realidade, o presente projeto de lei fere frontalmente a técnica legislativa, ao promover a regulamentação do parágrafo de um artigo e deixar o caput sem definição.

Todavia, seu pecado maior está em acreditar que a Assembléia tenha competência para analisar planos de desenvolvimento municipal sem ferir o princípio da autonomia.

O projeto retorna às comissões para, com discussão encerrada, para que a emenda possa receber os Pareceres.

2.^a DISCUSSÃO -- Projeto de Lei n° 398/92, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, que dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S. e C.S.P.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 02 (duas) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei n° 398/92.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais, para atendimento aos portadores de excepcionalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 265/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre o controle de comerciali-

zação de Benzina, éter, thinner e clorofórmio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. emenda Aprovada.**

O Projeto irá à 3.^a Discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 312/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.P.O.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 342/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, fica denominado "Prefeito Doutor Eurico Batista Rosas", o trevo do posto Presidente, interseção das Rodovias BR-376 e PR-151, na cidade de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 343/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a União Imbituvense do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo, por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 345/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção a Maternidade e à Infância- A.P.M.I., com sede e foro no Município de Rebouças-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 355/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 356/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 357/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Município de Vila Alta. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 369/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini.

Concede o Título de Cidadania Benemérita "Post Mortem", do Estado do Paraná, ao Senhor Horácio Amaral. Com PARECER FAVORÁVEL a C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 379/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública, de acordo com Lei n° 6.994/78 de 10 de janeiro de 1978, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Município de Ampére. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 380/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Dá nova redação ao Inciso III, do Art. 10, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado o projeto por unanimidade, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 002/93, de autoria do Deputado João Preis. Denomina "Sala Professora Nilce Poli Milani", as dependências onde funciona a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 127/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Altera a redação da Lei Complementar n° 59/91, de 01 de outubro de 1991 (Conservação Ambiental). Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.M.A.. (Publ. no D.A. n° 59/92, de 13.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 127/92

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar n° 59/91, de 01 de outubro de 1991.

Após a análise deste, concluímos que o mesmo atende os requisitos de ordem Constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, bem como é notório a sua importância quanto ao mérito.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Relator
ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 127/92

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, o Projeto de Lei em análise, visa alterar a redação da Lei Comple-

mentar n° 059/91, de 01 de outubro de 1991.

Em nossa análise, verificamos que a Lei Complementar n° 059/91, tem como objetivo primordial, garantir a preservação ambiental de áreas importantes para a qualidade e melhoria de vida de sua população.

Verificamos, ainda, que a Lei contempla os Municípios que possuam unidades de conservação ambiental, visando medidas de proteção e conservação das mesmas.

A presente proposta refere-se à inclusão do reflorestamento, no "caput" do artigo 2°, da Lei supracitada, entre as unidades de conservação ambiental.

Entendemos que tal alteração não encontra-se no contexto preservacionista ambiental, pois não visa benefícios às áreas nativas, deixando de ter efeitos e consequências protetoras do meio ambiente.

Nestas condições, nosso Parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela rejeição do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente.

LOURENÇO FREGONESE - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei Complementar n° 127/92.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 273/92, de autoria do Deputado João Iensen. Estabelece a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1° e 2° graus das redes públicas e particulares, a disciplina de meio ambiente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.E.M.A. (Publ. no D.A. n° 140/92, de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 273/92

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei estabelecendo a inclusão da disciplina de Meio Ambiente em todas as escolas do Estado, da rede pública e particular, em 1° e 2° graus. Nos 6 (seis) primeiros meses, a disciplina terá caráter instrutivo e não reprobatório.

Somos favoráveis ao projeto, recomendando sua tramitação regimental até apreciação, de seu mérito, em Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 273/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei em análise, de autoria do Deputado João Iensen, tem por finalidade estabelecer a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1° e 2° Graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente.

O presente Projeto obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão, encarregada de analisar o aspecto meritório deste, somos pela sua aprovação, opinando-se FAVORAVELMENTE à normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 273/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, chega a esta Comissão o Projeto em epígrafe, que objetiva estabelecer a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1° e 2° Graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente.

O referido projeto recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Esportes.

No âmbito de atuação desta Comissão nada há que obste a tramitação do projeto, tendo em vista que o objetivo pedagógico a ser alcançado é altamente compensador na área de Ecologia e Meio Ambiente.

Desta forma, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje do Projeto de Lei n° 273/92, para que o mesmo seja enviado à Comissão de Educação desta Casa para que sejam tomadas as providências necessárias. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão da presente Sessão do Projeto de Lei n° 273/92.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 294/92, de autoria dos Deputados Lygia Pupatto, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino. Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A.. (Publ. no D.A. n° 147/92, de 21.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 294/92

P A R E C E R:

Analisando a Proposição apresentada pelos nobres Srs. Deputados Lygia Pupatto, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, constatamos que a mesma está sobejamente amparada nas Constituições Federal e Estadual, pois a carta Magna Nacional dedica um Capítulo inteiro ao Meio Ambiente, além de tratar do assunto em diversos outros Artigos, tais como: Art. 23 - VI e VII; Art. 24 - VI, VII, VIII; Art. 5° - LXXIII; Art. 170 - VI; Art. 200 - VIII, etc.

Por seu turno, a Constituição Estadual também aborda amplamente o assunto, destacando-se o Art. 12 - VI e VII; Art. 13 - VI, VII e VIII, além do Capítulo V, do Título VI, que compreende os Arts. 207 a 209, que trata especificamente da matéria.

Assim sendo, a matéria está em condições de ser aprovada.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 294/92

P A R E C E R:

Analisando a Proposição apresentada pelos nobres Srs. Deputados Lygia Pupatto, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, constatamos que o referido projeto está amparado pelas Constituições Federal e Estadual, acompanhamos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Tendo em vista a nossa participação na elaboração da Constituição Estadual que também aborda amplamente o assunto, destacando-se o Art. 12 - VI e VII; Art. 13 - VI, VII e VIII, além do Capítulo V, do Título VI, que compreende os Arts. 207 e 209, que trata especificamente da matéria.

Assim sendo a matéria está em condições de ser aprovada.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 294/92.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 111/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J. e C.E.M.A. (Publ. no D.A n° 28 de 06.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 111/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO, institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

Em sua justificativa o autor lembra que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é preceito da Constituição Federal, através do Artigo 225, cabendo ao Poder Público a sua viabilização. Sua proposição tem o objetivo de institucionalizar a integração dos parques estaduais no Estado do Paraná, constituindo um sistema que viabiliza a realização de suas finalidades específicas.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim, considerando o elevado alcance da medida proposta, emito parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 111/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do preclaro parlamentar Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade precípua a instalação do Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

No que concerne ao mérito, e dentro dos parâmetros que norteiam os trabalhos desta comissão, a proposição em tela é de absoluta e hodierna oportunidade, sendo certo que não há nada, no âmbito desta comissão, que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n° 111/93.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 166/93, de autoria do Deputado Carlos Simões. Cria a Força Verde Mirim, FVM, no Estado do Pa-

raná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.E.M.A.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 41, de 04.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 166/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que autoriza o Poder Executivo a criar a Força Verde Mirim - FVM - no Estado do Paraná e dá outras providências.

Inexiste óbice de natureza regimental, legal e constitucional a sua APROVAÇÃO pelo PLENÁRIO.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 166/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei, objetiva criar a Força Verde Mirim, F.V.M., no Estado do Paraná e dá outras providências.

Logrou parecer favorável na C.C.J..

No âmbito desta Comissão nada há que obste a sua normal tramitação e pelo elevado alcance de caráter educativo da proposição, somos de Parecer Favorável à sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 166/93

P A R E C E R:

Trata-se do Projeto de Lei que objetiva a criação da Força Verde Mirim (FVM), no Estado do Paraná, com finalidade de atuar no auxílio pela conscientização para proteção do meio ambiente.

O já citado Projeto de Lei obteve parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Quanto ao âmbito desta Comissão, somos de parecer favorável à sua aprovação, levando-se em consideração não haver nada que a obste, bem como o elevado valor social de proteção ao meio ambiente e, conseqüentemente, à vida, por ele visado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 276/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Determina a sinalização dos locais onde Edificações Históricas, Sítios Culturais e Reservas Ecológicas, nas rodovias estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 276/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, tramita, na Casa, projeto de Lei no sentido de determinar a sinalização dos locais onde haja Edifícios Históricos, Sítios Culturais e Reservas Ecológicas, nas rodovias estaduais.

Não havendo dispositivo legal que vede iniciativa dessa natureza, sou pela aprovação da Proposição, pois servirá para orientar turistas, bem como chamar a atenção de crianças e adultos - que trafegam pelas nossas estradas - para as riquezas paranaenses.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 276/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei ora em análise por esta Comissão Técnica, de autoria do Ilustre Deputado Luiz Antonio Setti, tem por objetivo determinar a sinalização dos locais onde haja Edificações Históricas, Sítios Culturais e Reservas Ecológicas, nas rodovias estaduais.

No âmbito desta Comissão, entendemos que tal iniciativa encontra-se voltada aos interesses sociais, contribuindo para informar àqueles que trafegam pelas rodovias e, também, enaltecer os valores histórico, paisagístico, cultural e ecológico do nosso Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 276/93

P A R E C E R:

No aspecto relacionado à Ecologia e Meio Ambiente, o presente Projeto de Lei n° 276/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, vem preencher uma lacuna que existia de aspecto cultural, na divulgação pública de nossos sítios arqueológicos, paisagísticos e outros, cuja ação de preservação permanente, merece sem dúvidas um maior incentivo do Governo Estadual.

Valorizando o turismo em sua plenitude, somos de parecer favorável à tramitação, e conseqüentemente aprovação por todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3084 e 3121, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3072 e 3073, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3060, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3059, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3069, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3093, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3061, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3062, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3065 e 3066, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3092, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os que aprovam queiram levantar-se.
12 aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.
19 rejeitam.

Está rejeitado o Requerimento.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - O Deputado Luiz Carlos Martins trouxe um assunto de bastante preocupação semelhante ao assunto da TELEPAR. No momento esta Casa se mobiliza para pedir a transparência da TELEPAR e vota contra o projeto nosso que fala de transparência do BANESTADO, quando o próprio Deputado vice-Presidente da Bancada de sustentação garantia a esta Casa que este Requerimento do Deputado Luiz

Carlos Martins seria aprovado.

Então, transparência apenas para a casa do vizinho.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Queria que esta Presidência informasse ao plenário se este Requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins entrou na hora, se seguiu, o roteiro de apresentação ou se foi, por solicitação da Liderança do PMDB, votado antecipadamente.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde ao Deputado Colombino Grassano.

Os Requerimentos que a Presidência colocam em votação, são aqueles que são colocados sobre a Mesa e nos são repassados pela assessoria da Mesa.

Não houve nenhum pedido da Liderança do Governo para que se antecipasse ou que se deixasse de votar.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pediria a V. Exa. que informe-se se a assessoria de V.Exa. adiantou a votação desse Requerimento ou se ele seguiu a ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele estava na ordem aqui, não foi modificado nada, pelo que me consta.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Confio na palavra de V.Exa.. Aceito a justificativa de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tanto que não foi prejudicada a votação que o Deputado Luiz Carlos Martins...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, vi a assessoria do Sr. Deputado Renato Adur subir à Presidência, falar com a sua assessoria e a sua assessoria procurou o Requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins e o colocou a sua frente. Vossa Excelência está aí agindo como Presidente e não tem absolutamente nenhuma culpa do ocorrido.

E já ocorreu aqui nesta Casa, de Requerimento meu ser votado em último lugar. Já ocorreu também que, para a constituição de Comissão de CPI's em ordem cronológica. Mas o Requerimento não atendeu a esta ordem cronológica. Não acuso V.Exa., que está sendo assessorado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa V.Exa., Deputado Colombino Grassano, que em função daquilo que nos informa a nossa assessoria, a solicitação

do nobre Deputado Renato Adur era quanto aos Requerimentos com discussão adiada - se poderiam ser apreciados por primeiro. E não houve, em nenhum momento, solicitação para se inverter a ordem dos Requerimentos.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós temos procurado, na atuação da Liderança do Governo nesta Casa, seguir as normas estabelecidas pelo Regimento da Casa.

Portanto, não aceito a argumentação do Deputado Colombino Grassano, e com todo o respeito que temos pelo Deputado, e querer imputar a nós manobras neste sentido. O que nós requeremos a V.Exa. é que se há possibilidade de votarmos os Requerimentos com discussão adiada com preferência de votação.

Reitero a V.Exa. os nossos requerimentos já que o Deputado Colombino Grassano levantou a Questão de Ordem.

Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem) - Presidente, Deputado Orlando Pessuti, os Deputados desta Casa, a Deputada. Só tenho a lamentar que este Pedido de Informações não tenha sido aprovado pelos companheiros, pelos colegas que dão sustentação à Bancada do Governo aqui desta Casa. Eu tenho que lamentar em nome do povo do Paraná. É uma oportunidade que o Governo tem de nos responder. E o Governo perde essa oportunidade, através da Bancada de sustentação nesta Casa.

Creio que nós estamos cometendo um grande erro, um grande equívoco. Eu lamento profundamente que isso tenha ocorrido. E lamento mais ainda: o erro estratégico da Liderança. Com todo o respeito que tenho ao Deputado Renato Adur. Um erro estratégico. Isto só vai levantar mais questionamentos. E vai levantar mais suspeitas ainda. Pode ter certeza disso. E depois não vão querer dizer que o Deputado Luiz Carlos Martins está procurando espaço na imprensa. Nesse momento no erro estratégico da liderança da Bancada governista, o povo do Paraná fica sem ter as informações dos questionamentos que fizemos na tribuna dessa Assembléia. Eu sei, Senhor Presidente, que a maioria dos Deputados que deu sustentação ao Governo, gostaria, nesse instante, de votar favoravelmente ao meu pedido de informações.

Olho para o rosto de cada um e vejo cada um deles, neste instante, no palanque, pedindo votos, vejo cada um deles se comprometendo com o povo, dizendo que aqui estaria para defender o povo, mas não os condeno. Não. Quem sou eu para condenar? Não sou eu. Agora, lamento que o vice-líder do governo assumiu o compromisso lá na

tribuna, de que o pedido de informações seria aprovado.

Então agora, prova-se, infelizmente, Deputado Oswaldo Trevisan, que o Senhor não tem autoridade, pelo menos nessa questão, de falar pela liderança do Governo aqui na Casa e o Senhor, pela sua história, Deputado Trevisan, não merece isso.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Estou aqui no Plenário para confirmar meu caro Deputado Luiz Carlos Martins, a minha posição da tribuna. Falei lá como Deputado e preciso esclarecer aos companheiros. Não estou na liderança hoje e lembro-me bem que como eu falei, no dia em que eu estava na liderança, eu conduzi a minha Bancada para aprovar o requerimento do Deputado Colombino Grassano.

Como não estou na liderança hoje, falo só por mim, estou presente aqui, para votar a favor do seu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não é permitida discussão paralela e a matéria já é vencida.

O requerimento foi rejeitado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, decorre da Constituição o direito da cidadania, aí inclusive, o direito das instituições à informação. Decorre também da Constituição, o dever do Estado de prestar as informações. Noticiou-me, o Vereador Paulo Salamuni, que na Câmara Municipal de Curitiba os pedidos de informações são deferidos sem a necessidade da aprovação em Plenário, até porque nem haveria necessidade de aprovação em Plenário de pedido de informações, já que o poder público está obrigado, Senhor Presidente, a prestar as informações requeridas por qualquer do povo, incluídas aí as requeridas pelos Senhores Parlamentares.

De modo que quero, nesta questão de ordem, submeter à consideração de Vossa Excelência, que é de todo desnecessário, nós travarmos a cada pedido de informações, um longo debate pela rejeição ao pedido de informações, é, na verdade, a negação do princípio constitucional que assegura a cidadania - incluídos aí os Parlamentares - o direito à informação.

Vou submeter a Vossa Excelência, a seguinte questão de ordem: que os pedidos de informações nesta Casa, sejam acatados pela Presidência e pela Mesa da Assembléia Legislativa e comunicados ao Plenário, a fim de que o exercício do mandato parlamentar nessa Casa, para esta Legislatura e para as outras, possa se fazer de modo pleno, adequado e exigível, já que me parece, Senhor Presidente, as restrições im-

postas aos pedidos de informações, fazem reduzir as possibilidades de efetivo exercício da cidadania e do mandato popular.

É a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde a vossa questão de ordem.

Artigo 55 - Constituição do Estado do Paraná:

"A Mesa da Assembléia Legislativa encaminhará pedido escrito de informações, aos Secretários de Estado, a requerimento de qualquer Deputado, após a aprovação pelo Plenário".

Não procede portanto a questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Questão de Ordem) - Só para registrar o meu voto que foi favorável ao Requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) -

Estava lembrando as lições de meu antigo mestre dos Princípios Elementares do Direito, onde ele falava da hierarquia das leis. Temos a Lei Maior que é a Constituição Federal. Todas que estão abaixo se subordinam à Lei Maior. E quando se choca, prevalece a Constituição Federal.

De forma que entendo que o posicionamento do Deputado Bona Turra, além de coerente é um exemplo que deveria ser seguido pelos demais integrantes da Assembléia, na verdade ele resgata um princípio que é elementar da cidadania. Qualquer cidadão tem direito à informação. Se o Deputado não o tem por força de uma decisão de Plenário, nós estamos hoje colocados numa situação inferior a todos os demais cidadãos deste País.

O que é mais grave, temos por dever de ofício constitucional, razão da própria existência do Parlamento, a obrigação de fiscalizar o Poder Público. Quando mais isto ainda, quer dizer, se nega ao próprio Parlamento o exercício da função normal de um Deputado.

Então quero fazer um apelo a Vossa Excelência no sentido que se desconsiderasse este dispositivo que Vossa Excelência citou na Constituição Federal, porque acho que houve um cochilo do Constituinte Estadual que não adequou a norma à Lei Maior que é a Constituição Federal.

É isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência dará cumprimento ao que diz o artigo 55 da Constituição e só encaminhará os pedidos que forem aprovados pelo Plenário.

Requerimento nº 3064, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento n° 3070, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3071, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3076, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3068, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já havia anunciado o resultado.

O SR. RENATO ADUR - Requeremos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação requerida pelo Deputado Renato Adur.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, acho que está havendo uma concessão ao Deputado Renato Adur, líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não está abrindo concessão a nenhum Deputado.

Apenas, informando ao Deputado Bona Turra e demais o teor do Requerimento. (Lê requerimento).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Deputado Mário Bezerra de que esta solicitação que o ilustre Deputado faz, gostaríamos de esclarecer a esta Casa, de que quando na votação do orçamento do Governo do Estado entramos com emenda e que foi uma das emendas acatadas na época pelo relator. E que esta emenda nossa embutida os recursos para o recapeamento da rodovia PR-326 entre o trecho de Rio Bertiooga até a cidade de Cruzeiro do Oeste.

E ainda quero dar a notícia ao ilustre Deputado de que, segundo informações que tive recentemente em Cianorte, várias empresas paranaenses participaram do processo de licitação, e a empresa ganhadora foi a Empresa Triunfo.

E já está o pessoal da empresa na rodovia fazendo as demarcações para iniciar esta obra.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, acho que no meu Requeri-

mento não há nenhum inconveniente, nenhum constrangimento, se assim pensa o ilustre líder Renato Adur, que tanto respeito. Esse recapeamento, do meu ponto de vista, já era para ter sido começado. Só quero saber do Governo o porquê do atraso. Porque realmente está contida na Lei Orçamentária deste ano, e eu já acompanhei, inclusive, até já cumprimentei o companheiro Manfrinato por essa excelente idéia em colocar na área da Secretaria dos Transportes a restauração deste trecho.

Estou apenas pedindo informações a respeito do atraso das obras. E quero saber quais as empresas que participaram da licitação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Já havíamos conversado com o Deputado Mário Bezerra e já havíamos conversado com a Secretaria dos Transportes, não vemos problema nenhum em fornecer as informações que o Deputado solicitou.

Portanto, tomamos como norma, nesse caso aqui, pedir para discutir o requerimento para que em 24 horas possamos transmitir as informações ao Deputado. Caso contrário, seremos obrigados até a mudar nosso posicionamento aqui na Casa.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Aceito a disposição de V. Exa. em deixar para amanhã a votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria de comunicar a esta Casa de que recursos para recuperação da malha viária em nosso Estado foi empréstimo que o Governo do Estado fez através do BID e que essa tramitação dos recursos teve a sua tramitação burocrática que levou, inclusive, o Sr. Secretário dos Transportes e Governador do Estado a assinar em Washington esse empréstimo.

E parabeno V. Exa. Deputado, porque realmente as condições da estrada de Bertiooga até Cruzeiro do Oeste se encontram em estado lamentável. Mas uma das razões da demora foram os recursos que vieram do exterior.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Prova-se novamente a desnecessidade dessa discussão em torno de pedidos de informações.

O ilustre Deputado Mário Bezerra preside uma das comissões técnicas desta Casa, portanto, há requerimento da Comissão que preside, Deputado Mário Bezerra onde informações requeridas terão que ser prestadas pela Secretaria dos Transportes. Ora, evidencia-se mais uma vez, Senhor Presidente, que o direito à informação, por mais rígidos que sejam os mecanismos que o regulam, não pode ser comportado em visão formalística ou em visão, disse bem

o Deputado Ernani Pudell, da Constituição do Estado, em disposição da Constituição Estadual, que dispõe contra o que há na Constituição Federal.

Portanto, Senhor Presidente, que se registre, mais uma vez, o dispiciendo desta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Devido ao entendimento entre o Deputado Mário Bezerra e Renato Adur, esta Presidência adia a votação para amanhã.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Já me entendi com o Deputado Renato Adur, porque amanhã não estarei presente. E aproveito a oportunidade concedida por V. Exa. para comunicar aos Senhores Deputados que estaremos amanhã em Paranaguá, a serviço da Comissão designada há tempos por V. Exa. Não estarei presente à Sessão, amanhã. Mas, confio que o Deputado Renato Adur irá encaminhar o meu Requerimento para que seja aprovado pela sua Bancada. É só esta a questão que eu levantaria.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Acreditamos que até amanhã teremos as informações.

Portanto, uma vez informados, as informações estando na Casa, desnecessária será a votação deste Requerimento. Pediria ao Deputado Mário Bezerra que deixasse alguém encarregado ou responsabilizado para retirar o Requerimento, no dia de amanhã, se até lá tivermos a informação.

Caso contrário, passará o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Só para contribuir: Rio Bertioga e Cruzeiro do Oeste são 3 trechos: 23,2, 25,1 e 23,5 km cada um deles. Segundo informações extra-oficiais, o trecho de 23,5 km não teve empresa vencedora da concorrência.

Requerimentos n°s 3077 e 3078, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3079, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3080, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de n°s 3097 a 3120, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 3122 a 3128, de

autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3081, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3041, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Paulo Maia e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3047, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. BONA TURRA (Pela Ordem) - V. Exa. poderia informar a que se refere o protocolado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se refere ao fornecimento da cópia do processo número 1.104.224/92.

O SR. BONA TURRA (Pela Ordem) - Na justificativa não consta?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não consta nada.

O SR. BONA TURRA (Pela Ordem) - O autor do Projeto, do Requerimento poderia informar à Casa?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O autor está ausente do Plenário. Diante das dúvidas que existem no Plenário, a Presidência adia a votação para a Sessão de amanhã.

Requerimento n° 3087, de autoria dos Srs. Deputados Ademar Traiano, João Preis, Mário Bezerra e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado por unanimidade.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 034

e 040/93;

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 166 e 276/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 008, 040, 395, 421, 437 e 438/93; e Projeto de Resolução n.º 012/93.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALCEU SWAROWSKI EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1993.

"O IPMF e os Estados e Municípios".

O Governo Federal tem a intenção de cobrar o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) dos Estados e Municípios. A Emenda Constitucional n.º 3, de 1993, excepcionou do art. 150, VI, "a", da Constituição, o novel tributo sobre os cheques. Aludida norma do texto maior consagra o princípio de que os entes públicos não se tributam entre si. A Lei Complementar n.º 77, de 13.7.93, reguladora da exação, confirmou tal pretensão.

Destarte, por desconhecimento do sistema jurídico constitucional pátrio, o Congresso e o Executivo central cometem mais um grave equívoco - dentre os muitos existentes na criação do IPMF - que atinge viga estrutural da Federação Brasileira. Desde 1891, da primeira Constituição Republicana, que a tributação recíproca dos entes públicos sequer era cogitada. Em rigor, à União é vedada onerar fiscalmente federadas e comunas ou suas pessoas administrativas (autarquias e fundações públicas). Nem aquelas podem gravar a União ou se tributarem mutuamente. E esse óbice existe não porque a Constituição seja expressa nessa direção. Não. É que existe um instituto constitucional - denominado "imunidade tributária" - que impede a tributação entre pessoas políticas. E essa imunidade, no caso, é ontológica; quer dizer, é efeito natural da forma de governo adotada pelo Estado brasileiro. A imunidade recíproca faz parte do próprio pacto federativo. É intrínseco à federação e, no Brasil, à posição jurídica altaneira dos municípios. É princípio cardeal congênito ao repertório do Estado federativo. As pessoas políticas, integrantes da federação, não têm jus imperii sobre as demais. São juridicamente isonômicas. Daí por que ontologicamente imunes à tributação.

As imunidades tributárias se sediam única e exclusivamente na Constituição e indicam situações extraídas da incidência de impostos. São fatos insuscetíveis de gerar a obrigação tributária. É a razão de

a imunidade não se confundir com a isenção, que é figura da lei ordinária e que pressupõe a possibilidade de tributação. Na imunidade, o legislador comum sequer pode dela tratar. É assunto que refoge à sua competência.

As imunidades são classificadas em ontológicas e políticas. As ontológicas, é lição clássica de Baleeiro, fluem da organização do Estado brasileiro. Elas não precisam constar do texto constitucional. A imunidade ontológica é consequência natural da inexistência de poder político de as pessoas federativas exigirem unilateralmente prestações pecuniárias das outras. Assinala Geraldo Ataliba que a doutrina as designa ontológicas porque decorrem da natureza do próprio regime federal da autonomia constitucional dos municípios. O fundamento jurídico da tributação - o poder de império - é ausente entre pessoas políticas constitucionalmente iguais, como sóem ser estados, municípios e União.

A República Federativa do Brasil é constituída pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (art. 1.º da CP), organizada e administrada politicamente por esses entes e pela União, todos autônomos. (Art. 18). No grande acordo federativo, os estados - formadores, por definição, da União Federal - não cederam a esta quaisquer poderes tributários sobre as demais pessoas públicas. Do contexto federativo - princípios e normas - deflui a imunidade ontológica que, inobstante inserta na letra do art. 150 da Constituição, não carecia dessa providência. Lembra Baleeiro, a propósito, que em matéria constitucional "os princípios implícitos têm a mesma força que os princípios explícitos". Essas noções cediças - que o estudante de Direito aprende no primeiro ano de curso - são extraídas das Constituições republicanas: a Constituição americana e a jurisprudência de sua Corte Suprema. (Ataliba)

Já as imunidades políticas são necessárias, isto é, devem vir impressas no texto constitucional. Se este não as previsse, elas inexistiriam. É o que acontece com a imunidade dos templos de qualquer culto, partidos políticos, instituições de educação etc.

Inadvertidamente, pois, a Emenda 3-93 quis retirar a imunidade tributária dos estados e municípios, pondo regra escrita no texto constitucional (art. 2.º § 2.º). Mas, como vimos, não poderia. Conflita a regra com princípios basilares do Estado federal brasileiro. Ao depois, nem processada a emenda deveria, à vista da impossibilidade de haver proposta de deliberação de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. (Art. 60, § 4.º, item I,

da CF). E a tributação dos estados e municípios, por via do IPMF, é uma maneira de desfigurar a Federação, porquanto reconhece a uma delas o poder de império sobre as outras. Desigualdade, por norma constitucional derivada, pessoas políticas alçadas ao mesmo nível jurídico por norma constitucional originária. O poder de tributar, por envolver o "poder de destruir" (Marshal), é o mais forte dos poderes atribuídos às pessoas políticas. É o motivo maior de uma não poder usá-lo sobre as outras.

Como averbou o Ministro Celso de Mello, emendas à Constituição - que não são normas jurídicas originárias - podem inci-

Curitiba, terça, em 24.08.93

dir, elas próprias, no vício da inconstitucionalidade, configurado pela inobservância de limitações jurídicas superiormente estabelecidas no texto constitucional. (Ação direta de inconstitucionalidade 466-2). É a hipótese da Emenda 3-93, relativamente à incidência do IPMF sobre as contas de estados e municípios. Cabe, desse modo, ao Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição e do Estado federal brasileiro, restaurar, por provocação dos interessados, a ordem constitucional violada.

(Heron Arzua, advogado,
Secretário da Fazenda do Paraná)